



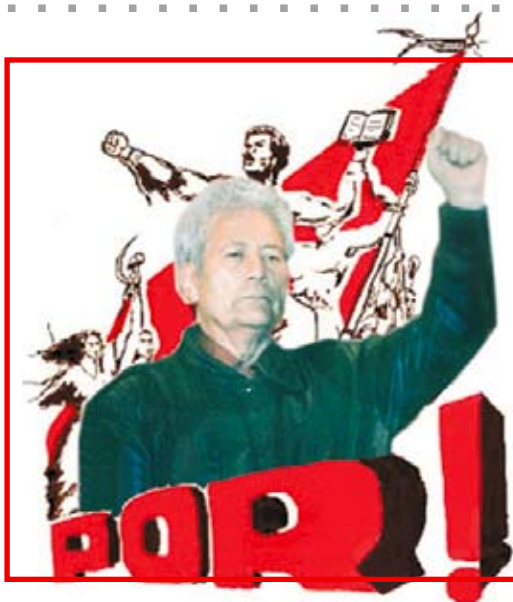
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 542 - DE 21 DE MAIO A 4 DE JUNHO DE 2017 - R\$ 4,00

**ABAIXO O GOVERNO BURGUEÊS,
GOLPISTA E CORRUPTO DE TEMER**

**Abaixo as reformas
antinacionais e antipopulares
Que as centrais sindicais
convoquem imediatamente
a greve geral**



Homenagem ao revolucionário Guilherme Lora

Lora foi um revolucionário profissional pleno no sentido dado por Lênin. Uniu indissolivelmente a teoria e a prática. Foi o que lhe permitiu demonstrar e defender a tese histórica de que o "partido é o programa" nas difíceis condições de crise de direção revolucionária, de desintegração da IV Internacional e de disseminação do centrismo e do oportunismo.

A luta é pela derrubada de todas as reformas

A orientação estratégica da burguesia é a de separar o governo Temer das reformas. As vozes apontam para a preservação dos ministros da área econômica. Dizem que as reformas são do Brasil e não do governo. O temor dos capitalistas é que se atrase o calendário de votação no Congresso Nacional. A crise de governo pode resultar no afastamento ou na renúncia de Temer. Um novo governo virá, se assim ocorrer, seja pela via indireta, seja pela convocação da eleição presidencial.

A questão do poder se coloca assim porque a classe operária não tem como marchar por trás de sua estratégia própria de poder. A ausência de um poderoso partido revolucionário não permite a luta dos explorados no campo da independência de classe. Estamos diante da crise histórica de direção revolucionária. O que facilita às forças burguesas mancomunarem uma solução que não apenas preserve a governabilidade como também o programa antinacional e antipopular estabelecido no governo golpista de Temer. Negocia-se nos bastidores e a imprensa monopolista apresenta as alternativas para a situação. No pior dos casos, deve-se preservar o curso das reformas.

A oposição liderada pelo PT viu sua bandeira de eleições presidenciais ser içada ao alto. Quase toda esquerda se perfilou por trás dessa resposta. Discute-se a abertura do processo de impeachment, cassação do mandato pelo Tribunal Superior Eleitoral e renúncia.

Temer diz que não cometeu crime algum e que permanecerá no poder. Taxou as gravações de clandestinas. Prometeu se defender no Supremo Tribunal Federal. Exigiu rápidas investigações sobre as denúncias. Concluiu negando a renúncia. Enalteceu seu programa de reformas. Recorreu à melhoria da economia. Tudo indica que essa resistência está de acordo com o objetivo de manter na condução do desdobramento da crise as forças que promoveram o golpe.

Temer perdeu a condição de governar. Deve, porém, se deixar o poder, fazê-lo de forma combinada e planejada pela coligação PMDB, PSDB, DEM e demais aliados. Já está em andamento uma reação de setores ligados ao capital financeiro para que não se rompa o programa econômico traçado pelo governo golpista. O pronunciamento de Temer, na tarde do dia 18 de maio, animou não poucas vozes a defenderem a manutenção da governabilidade em razão das reformas.

A hecatombe se precipitou sem que os explorados estivessem organizados para a luta contra as reformas. A burocracia sindical, o PT e aliados desativaram o impulso das massas depois da greve geral de 28 de abril. Foi um gesto destinado a

convencer o Congresso Nacional a negociar com as centrais os projetos de reformas da previdência e trabalhista. Deram uma trégua a Temer, que lançou uma campanha em torno da recuperação econômica e dos feitos supostamente benéficos da política de seu governo. A crise das gravações da JBS pegou os explorados desmobilizados. Não há dúvida de que se a greve geral tivesse sido um marco para o avanço rumo a uma greve geral por tempo indeterminado, Temer se veria diante das massas.

O movimento nacional contra as reformas está na base da luta contra o governo golpista, o Congresso Nacional e a burguesia. A bandeira de eleições presidenciais é apenas uma das variantes da situação. Tem servido ao PT e aliados para se reerguer como oposição burguesa. Os golpistas não trilharão esse caminho, a não ser que sejam forçados pelas massas. É bem possível que procurarão pôr outra figura na presidência pela

via da sucessão indireta. Os opositores terão de recorrer aos explorados se quiserem potenciar a bandeira de eleições. A burguesia está pela solução que menos prejudique o andamento das reformas.

O perigo da campanha oposicionista está em que não se apoie no rechaço das massas às reformas da previdência e trabalhista e desviem a atenção para a solução burguesa da crise de governabilidade. A vanguarda tem de ter o cuidado de não se prender na armadilha das eleições. Tem o dever de levantar o programa, as reivindicações e a estratégia de poder da classe operária. É preciso ter claro que estamos

diante da crise de direção revolucionária. A esquerda que ainda se reivindica do marxismo, mas que está profundamente comprometida com o revisionismo oportunista, se nega a defender a estratégia de poder do proletariado. Fazem das eleições gerais uma panaceia para responder à crise de governabilidade. Ao contrário, é preciso vincular as bandeiras de “Abaixo as reformas” e “Abaixo Temer” à estratégia do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura de classe do proletariado. Esse é o momento de os explorados se encontrarem com a estratégia revolucionária e rechaçarem a estratégia burguesa de solução da crise política.

A situação é propícia para que os explorados ergam seus organismos de base e de massa. Convocar assembleias. Formar os comitês locais, regionais e nacionais. Organizar as manifestações sincronizadas. Retomar a greve geral em um patamar mais elevado. Pôr no alto as bandeiras: “Abaixo as reformas da previdência e trabalhista”, “Revogar a Lei da Terceirização”, “Abaixo o governo burguês, golpista, corrupto, antinacional e antipopular de Temer”, “Por um governo operário e camponês”.

(...) é preciso vincular as bandeiras de “Abaixo as reformas” e “Abaixo Temer” à estratégia do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura de classe do proletariado. Esse é o momento de os explorados se encontrarem com a estratégia revolucionária e rechaçarem a estratégia burguesa de solução da crise política.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Abaixo o governo golpista e corrupto de Temer! Abaixo as reformas antinacional e antipopular! Que as centrais sindicais convoquem a Greve Geral!

18 de maio de 2017

Desta vez, as gravações do empresário Joesley Bastista expuseram sem atenuantes a participação de Michel Temer no esquema de corrupção. O dono da JBS revelou que foram destinados recursos para comprar o silêncio de Eduardo Cunha, preso na Operação Lava Jato. O presidente golpista já havia sido denunciado no caso em que está envolvido o ministro Eliseu Padilha. Fato que o atingiu, mas não teve maiores consequências. Não lhe foi difícil se declarar inocente. Agora, nas gravações de Batista, monitoradas pela Polícia Federal, fica comprovada a participação direta de Temer. O vazamento do material explosivo ao jornal O Globo colocou imediatamente a queda do governo golpista.

Ao lado de Temer, foi flagrado o senador Aécio Neves. O tom gangsteril da conversa com o representante da JBS colocou às claras o que representa esse homem na política burguesa e, em particular, no PSDB. Aécio carrega nos ombros várias denúncias, mas vinha se safando. É reconhecido por ter chefiado o processo de impeachment de Dilma Rousseff e levado o PSDB a impulsionar as reformas antinacional e antipopular do governo golpista.

Não poderia faltar um personagem do PT. O ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi acusado de intermediar a obtenção fraudulenta de recursos e abastecer as campanhas do partido. Também é um homem cercado pela Operação Lava Jato. Mas, no caso, o fundamental da revelação recai sobre o Temer.

A oposição – PT e aliados – se pronunciou pelo afastamento do presidente da República. Neste primeiro momento, há um pedido de impeachment, renúncia e convocação de eleições diretas. Temer emitiu uma breve nota afirmando que não autorizou nenhuma negociação com a JBS. Tudo indica que a mentira agravará sua situação. A burguesia, portanto, tem pela frente a questão de como contornar a crise e reestruturar as relações de poder no seio do Estado.

A classe operária se acha bloqueada e desorganizada para tomar a frente o combate sob sua estratégia própria de poder. A oposição burguesa, liderada pelo PT, se espatifou sob os golpes do impeachment e da Lava Jato. O País chegou a uma das crises políticas mais profundas desde 1964. Os velhos partidos burgueses – PMDB, PSDB e DEM – se acham amplamente desmoralizados diante das massas. A oposição burguesa reformista perdeu a confiança da maioria diante de tanta bandalheira envolvendo os petistas.

A crise econômica elevou o desemprego às alturas. E o governo golpista, cuja natureza é de ditadura civil, tomou a ofensiva com as violentas reformas e com a lei da terceirização. A Operação Lava Jato não teve como ser contida, como estava previsto pelas forças políticas que comandaram o golpe de Estado. A ampliação das denúncias foi de tal magnitude que se tornou impossível manter a caçada seletiva do PT, sem atingir o PMDB e o PSDB, ambos metidos até o pescoço com os mesmos grupos econômicos que



A gravação contra Temer desaba o governo. É um momento propício para a classe operária desfechar um golpe mortal nas reformas antinacional e antipopular de Temer. Está colocada a retomada imediata da greve geral. A situação política pendeu a favor das massas. O problema está nas direções dos sindicatos e da influência do PT, que canalizarão a atenção dos explorados para novas eleições.

parasitam o Estado.

A gravação contra Temer desaba o governo. É um momento propício para a classe operária desfechar um golpe mortal nas reformas antinacional e antipopular de Temer. Está colocada a retomada imediata da greve geral. A situação política pendeu a favor das massas. O problema está nas direções dos sindicatos e da influência do PT, que canalizarão a atenção dos explorados para novas eleições. Está aberto um jogo entre as forças da burguesia no poder sobre como afastar Temer sem comprometer o andamento das reformas e a da política pró-imperialista. Não passa pela cabeça da burguesia recomeçar do zero. É mais do que certo que estão negociando nos bastidores do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal uma saída que preserve o processo das reformas.

Para os explorados, não interessa apenas o destino do odiado governo golpista, mas fundamentalmente o destino das reformas da previdência e trabalhista. Estão colocadas as bandeiras “Abaixo o governo golpista e corrupto de Temer!”, “Abaixo as reformas trabalhista e da previdência!” “Revogação da Lei da Terceirização!”, “Abaixo todas as

reformas antinacional e antipopular de Temer!”

A tarefa imediata é: que as centrais convoquem a greve geral para pôr abaixo Temer e toda reforma, convocar as assembleias nos sindicatos, nos bairros e escolas, constituir um comitê nacional de frente única com todas as forças que estiverem dispostas a se colocar pelas bandeiras da classe operária, espalhar por toda a parte os comitês de base, planejar as ações locais, regionais e nacionais. A experiência de 28 de abril mostra que é preciso a greve geral por tempo indeterminado para vencer a burguesia e seu governo.

É necessário rechaçar e lutar contra os desvios burgueses sobre as saídas institucionais para a crise de governabilidade. Rechaçar e lutar contra a separação entre a derrubada do governo e as suas reformas. Rechaçar e lutar contra as forças que colocam os explorados sob a estratégia burguesa de solução da crise política.

A classe operária tem como evoluir no sentido da independência de classe. Tem programática e historicamente a estratégia revolucionária de poder: a luta por um governo operário e camponês. Se não a encarna é porque não tem em suas entranhas o partido da revolução proletária. Temos de lutar firmes e decididos sob a estratégia de poder próprio.

Chamamos a classe operária, a maioria nacional oprimida e a juventude a se colocar sob a bandeira “Abaixo o governo burguês de Temer, golpista e corrupto!” “Por um governo operário e camponês!”

Operários, camponeses, demais trabalhadores e juventude, derrubemos o governo golpista com nossos métodos de luta, com nossas bandeiras, com nossa organização e com nossa estratégia própria de poder! Nossa luta não se limita a um dos governos bur-

gueses, lutamos contra a burguesia e o capitalismo em decomposição. Não queremos colocar outro governo burguês em seu lugar, que amanhã dará continuidade às reformas de Temer/Meirelles/Aécio e toda corja de exploradores do povo.

Começemos por derrubar com greves e manifestações esse governo que veio para exercer uma ditadura civil contra as massas. Começemos por derrubar e enterrar as reformas que esmagam as condições de vida das massas, que trazem mais pobreza e misé-

ria para a maioria dos brasileiros. E avancemos na defesa de um poder próprio, um poder operário e camponês. Lutemos por um poder que permita à classe operária, os camponeses e as camadas pobres da classe média expropriar a burguesia e colocar a economia a serviço de quem trabalha.

ABAIXO O GOVERNO DOS CAPITALISTAS! ABAIXO AS REFORMAS DE TEMER, DO CONGRESSO NACIONAL, DOS EXPLORADORES NACIONAIS E DO IMPERIALISMO!

Concentração na Paulista pela derrubada de Temer

No dia 18 de maio, no dia seguinte ao escândalo de corrupção envolvendo diretamente Temer, após o pronunciamento do governo golpista de que não renunciaria, ocorreram manifestações em várias capitais do país.

Em São Paulo, a concentração foi na Av. Paulista, dirigida pelo PSTU e MAIS. Contou com muitos jovens e poucos sindicatos. A grande maioria que se pronunciou defendeu as bandeiras do “Fora Temer e eleições gerais”. Havia pequenas nuances entre os que se colocavam por “Fora todos eles”, PSTU, e os que pediam a convocação de uma Constituinte, MRT. Mas se uniam em torno das eleições diretas. Havia também a exigência de cadeia para todos os corruptos, que incluía a prisão de Lula. Nesse ponto, houve reação de uma pequena parcela por meio de vaia.

O Partido Operário Revolucionário participou com um manifesto, que publicamos nesse Jornal Massas, com suas bandeiras e com um pronunciamento. Mostrou que a principal tarefa é a de retomar a greve geral para derrubar as reformas da previdência e trabalhista. Constituir os comitês de luta e exigir que os

sindicatos convoquem assembleias para organizar o movimento local, regional e nacional. Criticou as saídas democratizantes que servem para reordenar o poder da burguesia, como a das eleições. Ressaltou que somente a classe operária e demais explorados podem julgar os corruptos, por meio do Tribunal Popular. Colocou-se pela defesa da independência de classe das massas exploradas diante do Estado, de suas instituições e governantes. Defendeu que a derrubada das reformas só poderá ocorrer pela via da ação direta, da greve geral. E concluiu assinalando que a estratégia de poder da classe operária é a do governo operário e camponês, resultado da insurreição da maioria explorada contra a burguesia e seu sistema econômico, o capitalismo.

Essa manifestação enfatizou a decisão das centrais sindicais de realizar a marcha à Brasília, no dia 24 de maio. Havia um esforço dos dirigentes do ato em dizer que a tarefa imediata era a de “ocupar Brasília” para derrubar as reformas da previdência e trabalhista.

Após as intervenções, a manifestação se dirigiu até o prédio em que se localiza o escritório da presidência da República.

Recife / Grande marcha em Recife contra Temer

No dia 18, pela manhã, as Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, primeiro separadas e depois de forma unificada, convocaram um ato para a praça do Derby, às 16h. Assinaram a convocatória também a CUT, CTB, Força Sindical, NCST, UGTB, Intersindical, Pública (Central de Servidores públicos). No ato, também estava presente a CSP-Conlutas. Vários partidos e correntes políticas estavam presentes: PT, PCdoB, PDT, Psol, PSTU, PCB, NOS, Mais, PCR/Unidade Popular, com suas juventudes. Várias categorias, sobretudo do funcionalismo público, compuseram o ato que agregou 10 mil pessoas.

Na convocatória, nominaram como uma Assembleia Popular. Porém, foi um ato público, não havia um funcionamento de assembleia, que colocasse nas mãos dos participantes o poder de decidir os rumos do movimento. Vale destacar que houve liberdade de fala no momento da concentração, foi possível expressar a posição de defesa da continuidade da luta pelas reivindicações com a construção dos comitês nos locais de trabalho, estudo e moradia e da Greve Geral e fazer o alerta para que o movimento não fosse canalizado para o parlamento, pois a própria burguesia que arquitetou o golpe contra Dilma agora quer descartar Temer para colocar um novo presidente no lugar que seja capaz de aprovar as reformas malditas.

Os manifestantes saíram em marcha, a grande ênfase foi dada no “Fora Temer e nas diretas Já”, este era o grito que ecoava no carro de som. A ênfase era na defesa da democracia, sem, evidentemente, falar que se trata da defesa da democracia burguesa. O PSTU propagandava, com menos força, o seu “Fora Todos e organização dos comitês em defesa de um governo operário e popular”. E, caso esse poder

“dos de baixo” não seja construído, já defende as eleições gerais.

O POR atuou por meio da distribuição de um manifesto e marchamos com alguns simpatizantes tendo à frente uma faixa destacando a necessidade de lutar para por abaixo Temer e as reformas com independência de classe. Em meio à juventude do PCB, anarquistas e independentes, foi possível puxar palavras de ordem em torno das reivindicações e defesa dos métodos de ação direta e da greve geral. No trajeto, houve quebra das fachadas de bancos e grandes lojas, um PM tentou pegar um mascarado, mas este correu para dentro da marcha e escapou. O policial, que chegou a sacar uma arma, recuou ante um coro pelo Fim da Polícia Militar. Essa juventude marchou até o Palácio das princesas, sede do governo estadual e até mesmo expressou a vontade de ocupá-lo. Grades de contenção e fileiras de policiais os fizeram mudar de ideia, além do isolamento, pois a grande maioria do ato, que estava em torno do carro das Centrais, o concluiu antes.

De qualquer forma, não serão estas ações isoladas que colocarão abaixo o golpista Temer e suas reformas. Daí a importância de exigir que as Centrais sindicais convoquem a greve geral. Será necessário um trabalho sistemático de construção de comitês nos bairros, escolas, universidades e fábricas. Colocar no centro da luta a defesa da vida dos explorados, dos empregos, salários e direitos. E, neste processo, forjar uma nova direção para o movimento, capaz de desenvolver as iniciativas da juventude e trabalhadores, organizar ações diretas de massas e preparar os próximos embates da luta de classes. Fortalecer a defesa da política proletária e da estratégia de poder própria, o governo operário e camponês.

Ato em Natal pela derrubada do governo Temer

Iniciou-se no Midway, às 17h. Estiveram presentes CUT, CTB, FS, CSP, Intersindical, sindicatos, MLB (movimento dos sem-teto), PT, Levante, PSOL, MAIS, PSTU, POR, etc. Contou com cerca de 1500 pessoas. É curiosa a presença da Força Sindical, uma vez que tem sido pró governo golpista; provavelmente, confluiu na confusão da base aliada em torno de uma possível debandada do governo.

Frente Brasil Popular e CUT fizeram defesa do “Fora Temer e Diretas Já”, além do chamado para “ocupar Brasília”. Houve também falas dizendo que não bastava apenas derrubar o governo, mas derrotar as reformas. Um militante chegou a declarar que repudiava quem defendia ser contra as eleições diretas. O PSOL e o MAIS fizeram a defesa de eleições gerais. Tais falas tinham em comum a posição pequeno-burguesa democratizante do Estado burguês, em maior ou menor grau. Eram predominantes as palavras de ordem pela caída de Temer e por novas eleições.

O PSTU chamou a greve geral de 48h. Chamou, também, a ocupar Brasília e que se tirasse imediatamente uma nova data para a greve geral. Chamou o “Fora todos, que os trabalhadores governem por meio de conselhos populares”.

O POR se inscreveu dizendo que o “Fora Temer” não era a

solução, pois se tira Temer, coloca-se outro e os ataques continuarão. Não fazia sentido chamar eleições diretas para eleger um novo governo opressor. Era preciso pôr fim ao capitalismo pela revolução proletária. Para isso, a tarefa imediata seria organizar a luta contra a terceirização e as reformas trabalhista e previdenciária por meio de uma greve geral por tempo indeterminado. Não se trata de ir à Brasília para pressão parlamentar ou chamar greve geral de 48h, com data de acabar, mas construir uma greve pelas reivindicações para que os trabalhadores entrem em greve e digam que só sairão quando forem atendidas todas as suas reivindicações.

Nota-se que as centrais seguem o ritmo da institucionalidade burguesa, seja o calendário das votações no Congresso, seja as denúncias “bombásticas” lançadas pela mídia. Bastou a denúncia da Globo para que as centrais organizassem do dia para a noite uma manifestação pelo “Fora Temer”, com razoável número de pessoas, ao mesmo tempo em que secundariza ainda mais a organização da greve geral a partir das reivindicações.

Reafirmamos que a tarefa imediata é a da convocação da greve geral para pôr abaixo as reformas da previdência e trabalhista.

Intervenção do POR no ato em Fortaleza

Reproduzimos abaixo o manifesto do POR distribuído no ato em Fortaleza-CE

Crise do governo golpista de Temer é expressão da crise do regime burguês!

A delação de **Joesley Barbosa**, dono da JBS, aos procuradores da *Lava Jato*, teve um efeito devastador sobre o impopular governo de Michel Temer. O empresário, no seu depoimento, revelou as gravações de conversas com Temer sobre a compra do silêncio de Eduardo Cunha, preso em Curitiba. Em outra gravação, revela o pagamento de **R\$ 2 milhões** de propina ao senador **Aécio Neves**, presidente do PSDB, que se expressa como gangster ao falar de “matar antes da delação”. As revelações desencadearam uma crise mortal que atingiu o coração do PMDB e seu principal aliado, o PSDB. Partidos da base do governo, como DEM, PP e outros, já falam em renúncia de Temer como a melhor saída.

Desde o golpe que derrubou **Dilma/PT**, em maio de 2016, o governo montado por **Michel Temer** já nasceu em crise e nele permaneceu, com seus ministros e homens de frente atingidos por delações e denúncias da Lava jato. A burguesia sabe que o governo cumpre a missão de fazer aprovar reformas antinacional e antipopular que destruam educação, previdência, saúde, direitos trabalhistas etc. nome da retomada do crescimento e lucratividade do grande capital. A burguesia sabia do inconveniente de ter no comando do governo uma quadrilha tão suja e impopular, como a de **PMDB-Temer**, mas entendia a necessidade urgente de sustentar o governo para que a aprovação das suas medidas econômicas não fosse prejudicada. Agora, com a detonação da bomba da JBS, Temer tornou-se não apenas inservível como aparece como um estorvo. A própria burguesia, ou parte dela, se vê na necessidade de removê-lo o mais rápido.

Que Fazer?

O **PT, PC do B, CUT, CTB, MST** se colocam pela saída de Temer e a convocação de novas eleições. Boa parte das esquerdas, como PSOL, MAIS, Conlutas, etc. tem sido arrastada para este caminho. Trata-se de uma saída democrática e eleitoreira para a crise de poder dos partidos da burguesia e seu Estado. A remoção de Temer não está na contramão dos interesses da grande burguesia e o imperialismo, que exigem que de qualquer forma as reformas não devam parar. O PT, CUT e aliados não se dispõem a combater integralmente as reformas trabalhista e previdenciária, mas apenas reformá-las. Rejeitam a GREVE GERAL, substituindo-a pela pressão parlamentar, como no dia 24, em Brasília, ou seja, se curvam diante do poder burguês e querem voltar a governar para eles.

A tarefa dos explorados de todo o país é não defender uma saída institucional, democrática e eleitoreira para a crise. Não devem exigir o “Fora Temer” mas lutar para derrubá-lo nas ruas. Eis o sentido do “**Abaixo Temer**”. Diante da ação incontrollável das quadrilhas e sua força, só é possível responder com a bandeira de **Tribunais Populares** para julgar e punir os crimes da burguesia e do reformismo traidor! Não confiar na justiça burguesa que é parte das disputas interburguesas e age para defender uma quadrilha em benefício de outra. No lugar das eleições gerais, que serão o caminho para a estruturação de um novo governo burguês, agente dos capitalistas, devemos defender “**Abaixo todos os partidos burgueses!**” **Por um Governo Operário-Camponês! (governo dos oprimidos sob a direção do proletariado).**

Como pôde acontecer?

Há consenso de que as revelações de Joesley Batista foram uma hecatombe. Temer estava em plena campanha em torno da recuperação econômica, da volta das contratações e do controle inflacionário quando a bomba explodiu no Planalto. Havia alinhado a imprensa monopolista a explicar as reformas por meio da esperança de dias melhores. A greve geral perturbou o governo, mas as centrais não se mostraram dispostas a redobrar a força do movimento nacional. Sem novas manifestações e uma greve geral mais potente, Temer estava livre para contar os votos dos parlamentares na previdência e trabalhar para alcançar a quantia necessária. A reforma trabalhista já havia passado pela Câmara Federal e poderia deslizar sem grandes problemas. O governo contava com o recuo das centrais. Estava confiante e apenas administrava descontentamento de uma parcela da base golpista. Cumpria, portanto, a função e o objetivo atribuídos pelo golpe. Eis que um vazamento das gravações de um encontro com o dono da JBS inesperadamente incendiou o pardieiro.

Em meio ao alvoroço, a imprensa especulou sobre a renúncia de Temer. A oposição - PT, PSOL, etc. - entrou prontamente com o pedido de impeachment. O núcleo governamental - Eliseu Padilha e Moreira Franco - firmaram juntamente com o presidente uma resposta: Temer é inocente. Em espaço de horas, armou-se uma reação. O pronunciamento do acusado foi firme: não renunciarei. Nos próximos dias, veremos quanta força terá o governo para se sustentar.

Logo após o pronunciamento, jornalistas e analistas intimamente vinculados ao golpe, ao PMDB e ao PSDB, saíram a campo com o mesmo argumento: a economia está em recuperação e não é bom para o País uma nova ruptura política. A bandeira é a de não comprometer o programa de reformas do governo. Está em curso uma reação dos golpistas. Se a situação de Temer ficar insustentável, vão resolver seu afastamento de maneira menos traumática possível e sob o controle das forças que impulsionam as reformas.

A oposição burguesa - muito debilitada devido ao PT estar profundamente comprometido com a corrupção - irá correr atrás da via eleitoral. Tudo indica que subordinará o movimento contra as reformas a essa estratégia. A CUT já o vinha secundarizando. Aqueles que têm sido vergastados pelo impeachment e pela perseguição seletiva da Operação Lava Jato se sentiram recompensados com a desgraça de Temer. Acreditam e querem que acreditemos que com a derrocada do governo golpista também cairão as reformas. Não há dúvida de que a hecatombe paralisa o processo legislativo. Mas tão somente o paralisa momentaneamente.

As reformas antinacional e antipopular são uma necessidade imperiosa que nascem da desintegração do capitalismo e que devem ser imposta a qualquer custo aos explorados. Não se trata de uma simples variante de política econômica. Dilma foi derrubada por esse motivo. As forças oligárquicas nacionais e o impe-

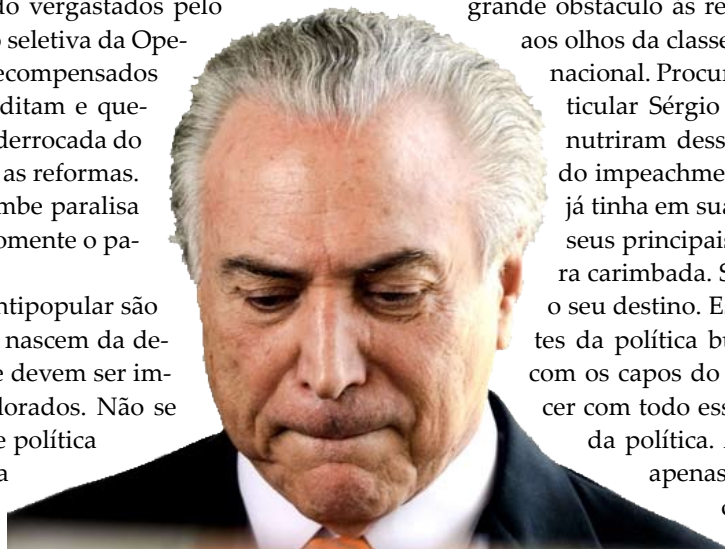
rialismo recorreram ao golpe pela necessidade de ter um governo livre das pressões sindicais e de interesses particulares de setores da própria burguesia. O golpe abriu caminho para instalar um governo de ditadura civil, ainda que fosse transitória e que estivesse comprometida com o calendário de 2018.

Ocorre que a Operação Lava Jato não poderia desmontar por inteiro o PT e chegar ao ex-presidente Lula sem atingir de conjunto os partidos metidos nas mesmas relações de financiamento empresarial, de troca de favores e de parasitismo estatal. O edifício da corrupção não foi construído pelos petistas. Esses apenas passaram a ser um novo inquilino bem-vindo, uma vez tendo ao seu dispor as rédeas do Estado. Sua integração foi de tal monta que se tornou impossível expurgá-lo sem abalar todo o edifício.

É bem provável que nenhuma das instituições e forças políticas tinha dimensão do que iria encontrar e acontecer. O movimento pela derrubada de Dilma ganhou força no momento em que o PMDB tomou a sua frente, em aliança com o PSDB e DEM. Um dos objetivos era o de limitar a ofensiva da Lava Jato ao PT e encerrar a crise. Romero Jucá deixou claríssima essa meta. Para isso, Temer teria de agir prontamente para pôr um ponto final. Juntamente com o Congresso Nacional, disciplinaria o Ministério Público, a Polícia Federal e o Judiciário. Recorreria à centralização autoritária do Estado. Somente assim teria como cumprir a função transitória de reordenamento das forças burguesas no Estado e de implantação das reformas.

O fracasso de várias tentativas de cercear a Lava Jato por meio de uma lei contra o abuso de autoridade expôs a fraqueza de um governo que teria de agir como uma ditadura civil. É preciso verificar de onde vem a debilidade. A crise econômica não tinha como ser debelada rapidamente. A onda de demissões em massa se manteve. E, nestas condições, a maioria oprimida rechaçou o governo desde as primeiras horas. O conhecimento do real teor das reformas antinacional e antipopular pela população, aliado ao desemprego, queda salarial e quebra dos serviços sociais em vários estados em falência, fermentou uma revolta latente entre os pobres e miseráveis.

Temer não estava preocupado com a popularidade, mas a condenação das massas a seu governo se levantou como um grande obstáculo às reformas. A Lava Jato se ergueu aos olhos da classe média como meio de salvação nacional. Procuradores, juízes federais, em particular Sérgio Moro, bem como policiais, se nutriram dessa popularidade. Antes mesmo do impeachment de Dilma, esse poder estatal já tinha em suas mãos o mapa da corrupção e seus principais pilares. Aécio Neves era figura carimbada. Somente não se sabia qual seria o seu destino. Estava bem protegido pelas hostes da política burguesa. O mesmo se passava com os capos do PMDB. O que poderia acontecer com todo esse material explosivo dependia da política. As forças golpistas teriam não apenas de defenestrar o PT do poder, como também canalizar o material tóxico da Lava Jato a



um escoadouro seguro. Duras medidas teriam de ser tomadas contra a liberdade de ação de procuradores, juízes e policiais. Tal curso contrariaria a classe média que serviu de base social ao golpe. Isolado socialmente e sobrecarregados pelas medidas antipopulares, tornou-se impossível debelar esse fator da crise política.

A prisão de Cunha foi um mau presságio para Temer. Indicou que se mantinha aberto um perigoso flanco à governabilidade. Vários ministros caíram em desgraça e outros permaneceram com a espada da Lava Jato sobre suas cabeças. O próprio Temer foi denunciado. As listas de Janot e de Fachin ampliaram o horizonte das denúncias. Não havia mais como desvincular o governo da ampla rede de gangsterismo e de corrupção. O que certamente levou a força tarefa da Lava Jato a expor definitivamente Temer foi a descoberta de que nos bastidores se realizavam ações para obstruir as investigações que atingiam os figurões da política burguesa.

O flagrante contra Aécio Neves indicou a que ponto a Operação Lava Jato caminha autonomamente. O material inflamável caiu em mãos do jornal O globo e a emissora do poderoso grupo de comunicação surpreendentemente considerou insustentável a continuidade do governo. Não houve unanimidade entre a imprensa monopolista. A Rede Bandeirantes de Comunicação se colocou a serviço de Temer. O jornal O Estado de S. Paulo, golpista de primeira hora, saiu em defesa do presidente e em ataque ao vazamento. Dão a entender que foi um ato conspirativo. Quando se tratava dos petistas, incentivaram os vazamentos seletivos. É bem provável que se a reação do governo ganhar força poderá haver um realinhamento geral da imprensa monopolista. Caso o governo permaneça de pé, terá de partir para a ofensiva, recrudescendo a centralização do Estado.

A persistência da crise política e a contundência como golpe Temer revela os fundamentos mais profundos da frágil democracia do Brasil semicolonial. Não há como deixar de recorrer à lembrança do golpe militar de 1964, ao longo período de ditadura e à difícil redemocratização de 1985. O primeiro governo resultou de um acordo interburguês com os militares. José Sarney foi produto de um colégio eleitoral. O primeiro governo eleito, Fernando Collor de Mello, foi cassado no meio de seu mandato. Fernando H. Cardoso terminou seu segundo mandato espatifado. Lula viveu uma situação infernal no seu primeiro mandato com o processo do mensalão. Dilma mal terminou o primeiro mandato e foi cassada no segundo. A instabilidade governamental corresponde à democracia oligárquica.

A burguesia brasileira não superou historicamente sua constituição baseada em frações oligárquicas, embora tenha sofrido mudanças com o desenvolvimento capitalista. O predomínio de sua fração industrial e do capital financeiro se deu conjuntamente com a penetração do capital imperialista. A gigantesca concentração de propriedade e de riqueza fortaleceu

a nova oligarquia do Sudeste e Sul, que contraiu poderosos laços com o capital multinacional. Está aí por que o nacionalismo perdeu vigência, embora continue a se manifestar.

O PT parecia que inaugurava uma nova etapa de democracia e de governabilidade, por ter surgido e se gestado fora das entranhas do grande capital. Uma vez chegado à presidência, se deparou com o poder real das oligarquias. Submeteu-se às suas disputas internas e naufragou na política burguesa. Era para ser um fator de estabilização da crise política, uma vez que trilhava o caminho da colaboração de classes. Colaboração essa, no entanto, que se dava em meio à renhida disputa interburguesa. O golpe contra Dilma não ocorreria caso o capital financeiro não tivesse se imposto. A monumental dívida pública e o parasitismo burguês determinaram o curso dos acontecimentos. Indica que a maior ou menor estabilidade do governo depende em grande medida desse fator que move a oligarquia mais poderosa.

As massas não têm como interferir em nada no funcionamento da democracia e na governabilidade, embora sejam convocadas a eleger os representantes da burguesia e a sustentar a política dos seus exploradores. É de extraordinária

importância para a política revolucionária compreender o mais amplamente possível a natureza da crise que está diante dos nossos olhos. O capitalismo altamente concentrado no Brasil de economia atrasada, submetido a uma rígida interdependência com o imperialismo e profundamente condicionado pela economia mundial em decomposição não permite uma democracia e

uma governabilidade estável ligada às massas e influenciada por elas. Essa caracterização deve fazer parte do programa da revolução proletária.

A experiência do golpe institucional e da decomposição do governo golpista vem testando todas as posições de esquerda que dizem oferecer uma alternativa recorrendo à bandeira de eleições diretas ou eleições gerais. Essa visão democratizante diante de uma democracia que se depaupera e desaba corresponde à incompreensão do por que e como o País adentrou a uma crise tão profunda e do por que o proletariado não luta sob sua estratégia própria de poder. Da enorme desintegração econômica e política, emerge objetivamente a necessidade das massas encarnarem a luta pela derrubada da burguesia, pelo estabelecimento de um governo operário e camponês e pela expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção.

Esse é o real programa que emerge da crise e que não se torna força material porque o proletariado não tem seu partido. Sem que esteja à frente dos combates ao governo burguês, golpista e corrupto, as oligarquias acabarão por encontrar uma solução de poder e continuarão avançando com seu programa antinacional e antipopular. A vanguarda revolucionária deve concentrar seus esforços nesse campo de combate.



Tínhamos acabado de escrever a matéria abaixo, quando abruptamente veio à tona a denúncia de que Temer estava comprometido com a obstrução da ofensiva da Lava Jato sobre o PMDB e PSDB. A permanência ou queda do governo não modifica o essencial da caracterização do POR.

Como caracterizar o governo Temer

Trata-se de uma discussão que não se circunscreve às esferas que se reivindicam do marxismo. Na página Notas e Informações, do O Estado de S. Paulo, de 8 de maio, nos deparamos com uma espécie de editorial “A noção petista de democracia”.

O articulista inicia com a seguinte informação: “Para os petistas, o Brasil vive hoje em pleno estado de exceção”. Essa caracterização se vincula a outra: a de que a destituição de Dilma Rousseff resultou de um golpe. Há uma conclusão que diz respeito à perseguição a Lula e ao risco de uma condenação.

Deixemos por enquanto a refutação do redator e continuemos com sua exposição sobre o estado de exceção. Eis as passagens: “Um dos deputados é Paulo Pimenta (RS), que, em sua página no Facebook, já se refere ao governo Temer como uma ‘ditadura.’” (...) “Por fim, o líder do PT na Câmara, deputado Carlos Zarattine – que no dia do impeachment de Dilma Rousseff, há um ano, pediu mobilização dos brasileiros contra a tentativa de ‘implantar uma ditadura civil’ no País – gravou mensagem em que diz que o ‘governo popular de Maduro é vítima de ‘uma estratégia de desestabilização.’”

Esperávamos que o editor explicasse por que Temer não expressa uma ditadura civil. Mas não diz uma só palavra sobre que tipo de governo se originou da derrubada de Dilma Rousseff pelo impeachment. Apenas contrapõe a posição dos petistas de apoio ao governo de Maduro, para questionar a “noção petista de democracia”. Em resumo: os petistas dizem que há uma ditadura civil no Brasil, mas apoiam a ditadura chavista. A contraposição implícita não responde sobre a identidade do governo Temer. Mas, de antemão, sabemos que esse órgão do grande capital considera que o impeachment foi obra da democracia e, conseqüentemente, o governo dela nascido é democrático. Não houve golpe e não há ditadura civil. O que está em consideração, portanto, é Temer e não Maduro.

Temos claro de que não se trata de polemizar com os porta-vozes da burguesia e que tomaram parte decisiva no golpe. Não deixa, porém, de ter importância as explicações e formulações burguesas sobre o seu próprio governo. A primeira atitude dessa gente é extrair qualquer conteúdo de classe do governo. Por aí começam as falsificações. Ao contrário, os marxistas começam justamente por essa definição.

O impeachment destituiu um governo burguês e pôs outro em seu lugar. Mas os governos burgueses não são iguais. É certo que têm sempre e em qualquer circunstância uma igualdade geral: exercem em seu mandato a ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e demais oprimidos. Nisto, Dilma e Temer compartilham da mesma natureza de classe do governo. Mas há particularidades distintivas que necessariamente

devemos conhecer e assinalar. Essas particularidades são de forma e de conteúdo.

Começemos pela forma. Dilma foi eleita nas presidenciais. Em princípio, ainda que formal, deve responder por um programa perante as massas e assim se sujeitar a uma avaliação da maioria. Temer foi produto de um impeachment, portanto, uma criação das forças burguesas no Congresso Nacional e nas demais instituições do Estado. Esse pequeno comitê da política dominante decidiu por cima dos milhões que elegeram a presidente e, também, dos que a ela se opuseram. É fundamental essa diferença de forma, uma vez que expressa um conteúdo democrático ou antidemocrático.

Dilma, o PT e sua coligação se submeteram ao sufrágio universal, disputaram uma eleição, ainda que tenham sido produto de relações políticas apodrecidas pela interferência do poder econômico, da demagogia e da hipocrisia eleitorais. Temer, o PMDB e a ampla frente pró-impeachment agiram por cima da população e da massa de eleitores para se desfazerem de um governo que já não correspondia aos interesses gerais da burguesia.

Adentramos ao aspecto do conteúdo. Dilma não podia assumir plenamente as reformas exigidas pela burguesia interna e pelo imperialismo. De um lado, estava sob a pressão da burocracia sindical, do PT e de sua coligação partidária à esquerda, ou, mais precisamente, da esquerda nacional-reformista. Tinha

O fundamental está em que usou a democracia parlamentar para cassar o voto de 54 milhões de brasileiros. É preciso considerar que as relações das forças políticas no seio da democracia parlamentar passaram a ser ditadas pela imposição autoritária das frações dominantes do capital financeiro e monopolista que assumiu o golpismo.

de responder ao descontentamento dessa base de apoio, que serve de correia de transmissão da política de conciliação de classes nos “movimentos sociais”. De outro, sob a pressão da direita burguesa que fazia parte da governabilidade. O fracasso do Plano Levy se converteu na falência do governo perante o grande capital e o imperialismo. A montagem do impeachment baseado no crime de responsabilidade fiscal serviu a uma ficção jurídica e instrumento político ao golpe institucional. Bastam essas características para se caracterizar o governo Temer de ditadura civil.

Trata-se de um governo nascido de um golpe de Estado, inteiramente apoiado no capital financeiro e no imperialismo. As demais frações da burguesia se alinharam a essa conformação, embora tenham surgido vozes discordantes na oligarquia nordestina.

Temer elaborou as reformas e o caminho a ser seguido de sua aprovação e implantação de acordo com a combinação das frações burguesas, sem qualquer interferência da burocracia sindical e de qualquer camada social da população explorada. Estão sendo impostas por meio de um Congresso Nacional que assumiu a forma de um pequeno comitê golpista. Não se trata apenas de ser constituído por corruptos. O fundamental está em que usou a democracia parlamentar para cassar o voto

de 54 milhões de brasileiros. É preciso considerar que as relações das forças políticas no seio da democracia parlamentar passaram a ser ditadas pela imposição autoritária das frações dominantes do capital financeiro e monopolista que assumiu o golpismo.

De conjunto, o governo golpista cumpre a função de uma ditadura civil, ainda que transitória e ainda que assegure as eleições de 2018. Zarattini tem razão quando reconheceu que se estava diante de um golpe que constituiria uma “ditadura civil”. Mas o PT, como um todo, não assumiu essa caracterização. Submeteu-se ao processo antidemocrático do impeachment. Em sua campanha contra o golpe e Temer, apoia-se na qualificação de “governo ilegítimo”. Atendo-se ao conteúdo democrático-burguês de legitimidade eleitoral. Assim, o PT oculta a real natureza do governo golpista, corretamente assinalada por Zarattini.

O golpe, por si só, indicou a necessidade da burguesia retomar a centralização autoritária do Estado para administrar a crise econômico-financeira e sufocar as tendências de luta dos explorados. A ditadura civil de Temer corresponde a essas tendências. É esse tipo de governo burguês que a classe operária, os demais explorados e a juventude enfrentaram nas manifestações de 15 de março e na greve geral de 28 de abril. É preciso, portanto, uma clara caracterização do governo e das tendências autoritárias e contrarrevolucionárias que se desenvolvem no seio da burguesia e de suas instituições.

PSTU confunde e erra nas caracterizações

Os morenistas, em sua nota “Depoimento de Lula à Operação Lava Jato em Brasília”, defendem a prisão de todos os corruptos (Lula, Temer, Aécio, etc.). Para fundamentar, o redator necessitou caracterizar o governo Temer. Necessidade que surgiu de uma tipificação feita pelo PT. Eis: “Alguns afirmam ainda que estamos num estado de exceção.” Questiona o redator: “Isso não é verdade.” E dá sua explicação: “Vivemos sob um regime de democracia burguesa que tem traços fortemente bonapartistas quando se trata de reprimir os lutadores e a pobreza”. Conclui: “É muita hipocrisia falar em estado de exceção quando um punhado de empreiteiras e políticos corruptos é preso pela Lava Jato.”

Tratemos inicialmente da confusão. O bonapartismo é característica de governo e não da democracia. Teria sentido se estivesse tipificando Temer. Podemos depreender da confusão de que o PSTU está afirmando que Temer é um governo democrático?

Não nos cabe solucionar a dúvida. Os golpistas o têm como democrático, cuja função é a de cumprir a transição para 2018.

Desfeito o equívoco, vejamos a afirmação de que “vivemos sob um regime democrático”. É evidente que o Congresso Nacional continua funcionando, bem como o Judiciário. Não foi preciso fechá-los para instaurar a ditadura civil. Pelo contrário, no seio da democracia parlamentar e sob o império da Constituição se gestou o golpe. O impeachment obrigou a formação de uma frente ampla partidária. Aboliram-se todas as diferen-

ças para derrubar pela via parlamentar o governo eleito. Essa unidade golpista implicou submeter o Congresso Nacional a um governo apoiado especialmente no capital financeiro e no imperialismo. As demais frações capitalistas tiveram de se alinhar ou se sujeitar. A sustentação política do governo antinacional e antipopular, da ditadura civil, é dada inteiramente pelo parlamento fantoche.

Em que sentido é correta a denúncia do PT – refutada pelos golpistas e pelo PSTU – de que o País vive um “estado de exceção”? No sentido de que a normalidade democrática foi rompida com o impeachment - forma política, legislativa e jurídica que oculta o golpe institucional. Ocorre que o PSTU cometeu e continua insistindo no erro primário e absurdo de negar que houve um golpe. Não se pode desfazer ou ocultar o vínculo entre o golpe institucional e o caráter do governo que dele se originou. Uma vez que para os morenistas não houve golpe, a democracia permaneceu intacta e o caráter do governo não sofreu alteração. Nesse sentido, Temer é tão somente a continuidade de Dilma. Sintomaticamente, na ausência de uma correta caracterização do governo Temer, recorre à denúncia de “governo ilegítimo”.

Não temos dúvida de que o processo contra o PT e Lula expressa o estado de exceção. O aparato judicial e policial está voltado a caçar os petistas. O PSTU reconhece que há uma seletividade. Se fosse consequente, veria que se passa assim nas condições de excepcionalidade. As listas de Janot e de Fachin ocultam a seletividade e, portanto, disfarçam o tratamento distinto ao PT no âmbito da corrupção generalizada. Essa excepcionalidade não começou sob o governo Temer. Vem desde o mensalão. Mas ganhou a particularidade de servir ao golpe triunfante. Lembremos que a oposição golpista chegou a cogitar o impeachment de Lula, no seu primeiro mandato. Aí já despontaram as tendências golpistas e a de estado de exceção.

Não vamos descrever todos os passos seletivos do Ministério Público, da Justiça e Polícia federais. Apenas tomamos o caso de Lula. Seu depoimento ocorre sob um governo golpista e sob uma política da coligação direitista que age para destroçar o PT e seu caudilho, não pela via da democracia eleitoral, mas pela via policial. A Lava Jato foi um instrumento do golpe e em continuidade cumpre a função de arrebentar com o PT. Essa luta interburguesa se dá agora sob as formas discricionárias e policiais. A bandeira de prisão a Lula é, portanto, plenamente reacionária. É assustador que venha de um partido que se reivindica trotskista, ao confluir objetivamente com os objetivos da direita golpista.

A bandeira de prisão de todos é falsa. Deve ser rechaçada. Está claríssimo que não pode haver a prisão de todos, mas pode haver de Lula e de outros petistas. O alcance dessa decisão é distinto no caso da prisão de Cunha e de outros figurões da polícia burguesa. A Lava Jato não está por atingir o PSDB, PMDB, etc. Mas está no caso do PT. Sem uma análise das forças que protagonizam as disputas interburguesas não é possível compreender o lugar da Lava Jato, da imprensa monopolista e

O impeachment obrigou a formação de uma frente ampla partidária. Aboliram-se todas as diferenças para derrubar pela via parlamentar o governo eleito. Essa unidade golpista implicou submeter o Congresso Nacional a um governo apoiado especialmente no capital financeiro e no imperialismo. As demais frações capitalistas tiveram de se alinhar ou se sujeitar.

dos partidos que deram o golpe na profunda crise política.

As confusões e as caracterizações errôneas levam a uma resposta absurda e reacionária. O PSTU chega às raias de considerar a Operação Lava Jato como progressiva. Tomemos essa frase: “As denúncias de corrupção trazidas pela Lava Jato ajudaram que Temer seja um dos governos mais repudiados da história do país”. A inevitabilidade das denúncias contra os delinquentes do PMDB, PSDB, DEM, fundamentalmente, se deve a que não era possível caçar o PT sem revelar a podridão mais geral. A burguesia se vale da repercussão das denúncias, dos depoimentos e das prisões tanto para ajustar seus negócios quanto para apregoar as reformas políticas, a ética e a moralidade. Nota-se o quanto a campanha em torno da corrupção tem servido para distrair a atenção das massas diante dos brutais ataques do governo e o quanto tem servido para condicionar os passos da burocracia sindical. O PSTU se perde na superfície dos acontecimentos e ajunta fatos em um grosseiro

Lula nas barras da justiça burguesa

12 de maio de 2017

A inquirição e defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva perante o juiz Sérgio Moro, em Curitiba, cumpre mais um episódio da crise política que perseguiu e abateu os governos petistas. Lembremos aqui que Lula enfrentou em seu primeiro mandato a eclosão de denúncias de corrupção, que acabou no longo, desgastante e feroz processo do que se denominou “mensalão”.

A partir de uma denúncia de corrupção nos Correios, o denunciado Roberto Jefferson se tornou o delator do PT, afirmando que o governo comprava votos dos parlamentares. Abria-se em 2005, em meio ao mandato de Lula, uma guerra de acusações, potenciada pela imprensa monopolista inimiga do petismo. Em resumo, em agosto de 2007, o Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento do “mensalão”.

O Ministério Público se baseou em acusações de formação de quadrilha, corrupção ativa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Os implicados reconheceram que houve somente prática ilícita de caixa 2, comum a todos os partidos. Mesmo sem prova material, importantes dirigentes, parlamentares e homens de governo, como José Dirceu e José Genoíno, foram condenados à prisão.

A oposição, comandada pelo PSDB e DEM, procurou implicar Lula, responsabilizando-o pela sustentação de uma ampla bancada parlamentar por meio da compra de votos. Travou-se uma batalha em torno da constituição de uma Comissão de Inquérito do Congresso Nacional. O PT exigiu que se apurasse a corrupção desde o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Recordemos também que o “mensalão” teve como precedente o esquema de desvio de dinheiro estatal montado por Eduardo Azeredo, do PSDB, nas eleições de 1998, para o governo de Minas Gerais. O que se denominou “valerioduto tucano” passou a servir ao PT, no governo de Lula. Ocorre que esse conhecimento não serviu ao Ministério Público e ao Supremo Tribunal Federal para investigar a fundo a ampla rede de corrupção, montada por várias quadrilhas no seio do Estado, como expressões da política burguesa.

O objetivo era o de caçar o PT e atingir mortalmente o caudilho Lula. Depois, evidentemente, se faria uma assepsia pelas

empirismo para concluir que a Lava Jato é fruto da crise e assim cumpre um papel positivo para a luta das massas. Está aí por que não é capaz de reconhecer o estado de exceção pelo qual passa o País.

Então o POR estaria pela liberdade dos políticos corruptos? Em absoluto, mostramos para os explorados que a burguesia pode julgar uma parte de seus políticos, mas não pode julgar a si própria, por se tratar da política burguesa em decomposição. Somente o proletariado pode julgar os crimes dos exploradores. Para isso, é preciso pôr em pé seus organismos de massa, entre eles um Tribunal Popular. Lula deve ser julgado pela classe operária. Não pelo “povo” em geral, como disse o caudilho em frente ao seu inquiridor. Não pelas eleições, pela democracia burguesa, mas pela democracia operária. Não pelos métodos judiciais e policiais da burguesia. Mas pelos métodos da luta de classes. Não para corrigir a podridão burguesa, mas para erradicá-la por meio da revolução social.

bordas do PSDB, caso a situação política exigisse. Não foi possível cassar o mandato de Lula, apesar do DEM trabalhar pelo seu impeachment. A situação econômica era favorável ao governo petista. Em última instância, as bases econômica e social determinam as crises políticas em torno da disputa do poder e da governabilidade. Está aí por que Lula manteve seu carisma popular e, mesmo com a vasta publicidade do julgamento do “mensalão”, derrotou o PSDB em 2006.

A projeção do lulismo alcançou dar vitória a Dilma Rousseff em 2010. No entanto, a crise econômica, diga-se de passagem, de ordem mundial, empurrava o Brasil para a recessão, colocava no alto a dívida pública, desequilibrava as contas do Tesouro Nacional, derrubava a lucratividade de importantes setores capitalistas, ameaçava o parasitismo financeiro e impulsionava uma onda gigantesca de demissões. Estavam dadas as condições para uma mudança no poder. No entanto, a eleição de Dilma para um segundo mandato, em 2014, provocou uma rebelião do PSDB, sua coligação e a imprensa monopolista. A primeira investida foi a de anular as eleições por meio de uma “auditoria especial” nas urnas eletrônicas a ser realizada pelo TSE. As eleições foram polarizadas e regadas de abundante financiamento empresarial. Essa via não tinha como progredir. Serviu, porém, para declarar a “ilegitimidade” das eleições e do governo.

A Operação Lava Jato foi lançada precisamente em março de 2014. É visível que se trata da continuidade do “mensalão”, envolvendo figuras como o deputado José Janene e o famoso doleiro Alberto Youssef. Desta vez, o escândalo de corrupção serviu de instrumento para o PSDB, aliados, imprensa e organizações da classe capitalista se unirem em torno do impeachment. Mais uma vez se fez a triagem do PT até chegar a Lula, passando pela derrubada do governo eleito.

Como dissemos, a Lava Jato foi um instrumento. A causa se encontra na impossibilidade histórica do reformismo se sustentar diante da poderosa crise econômica, que expressa a desintegração do capitalismo. A corrupção é inerente ao Estado e à política burguesa. Também não é causa primeira da crise. Dilma se mostrou incapaz de governar segundo as necessidades gerais do capital já no seu primeiro mandato. Foi responsabilizada

pelo poder econômico de ter colocado lenha na fogueira. Não poderia realizar as brutais reformas antinacional e antipopular exigidas pelo capital financeiro, industrial e comercial. A base parlamentar se estilhaçara. Armou-se um novo realinhamento partidário sob a bandeira do impeachment em torno da falsa questão do crime de responsabilidade fiscal.

O golpe de Estado e a instituição de uma ditadura civil não solucionou a crise política, mas lhe deu uma nova forma. A Operação Lava Jato continuou a se expandir revelando que o PT era apenas uma parte da vasta rede de corrupção empresarial e política. PMDB, PSDB, DEM e demais partidos, cada um a sua maneira e grau, que se valeram dos escândalos para jogar o PT no limbo e derrubar seu governo, têm seus figurões denunciados. Temer perdeu oito ministros por envolvimento na bandalheira e ainda sustenta outros velhacos, do tipo Moreira Franco e Eliseu Padilha. O próprio presidente golpista está implicado nas malhas de financiamento criminoso de campanha. Neste aspecto, permanece a crise política, que deve ser resolvida com a Lava Jato esgotando o caso do PT. O problema está em como disciplinar o andamento desse processo e reduzir o ativismo do Ministério Público e da Polícia Federal. Não há, porém, crise política quanto à unidade burguesa em torno do governo golpista. A palavra de ordem é a de preservar o governo que está possibilitando a implantação das draconianas reformas e criando as condições para os capitalistas intensificarem a exploração do trabalho e para o Estado reunir recursos para sustentar o parasitismo dos poderosos grupos econômicos.

O Congresso Nacional continua a se sujeitar ao governo que ele mesmo criou pela força do impeachment, embora tenha aumentado a resistência quanto à violenta reforma da previdência. O PT, PCdoB e PSOL se mostram impotentes. Não têm como encarnar uma forte oposição. Servem de enfeite oposicionista à imposição autoritária das reformas.

A greve geral indicou o caminho da luta contra o governo golpista e contra a ofensiva discriminatória da Lava Jato contra o PT e Lula. Mas a burocracia sindical apenas a usou e a está usando para abrir negociação com Temer e o Congresso Nacional. O espaço de tempo que deixou para o governo caminhar e para a Lava Jato avançar sobre o PT desarmou a luta. Não sabemos, portanto, de fato, se o indicativo de greve geral por dois dias será posto em prática.

A Lava Jato está por atingir o PT como um todo. Quanto ao PMDB, PSDB e DEM, sua parte na corrupção será tratada distintamente, assim como vem ocorrendo. É preciso considerar o depoimento de Lula nesta situação e não perder os elos da ascensão e queda do petismo.

Demonstramos em várias oportunidades que o PT não é um partido orgânico da burguesia. Aburguesou-se mais e mais a cada passo que o aproximava do poder. Corrompeu-se prematuramente ao se servir do financiamento de empresários e

grupos econômicos, em outras palavras, dos exploradores da força de trabalho, dos opressores da maioria dos brasileiros. Daí a adentrar e assimilar o mundo próprio dos partidos orgânicos da burguesia foi seu destino.

Em termos históricos, o PT rompeu com suas raízes operárias de nascimento. Em termos políticos e organizativos, se moldou à governabilidade burguesa e se curvou diante dos fundamentos da ditadura de classe da burguesia que sustenta o Estado e as relações capitalistas de exploração do trabalho. Em termos programáticos e teóricos, nunca foi proletário, revolucionário, marxista.

As forças burguesas do Estado finalmente conseguiram colocar Lula como réu, cujo resultado é esperado. A condenação já foi feita no tribunal de exceção oculto. Depois da derrubada do governo Dilma, o restante é consequência. A teatral defesa perante perguntas e respostas preparadas para obter contradições, sem que se apresentasse nenhuma prova concreta da acusação sobre o triplex, serviu para desmontar o caudilho disposto a se candidatar em 2018. Tudo tem de parecer muito natural, muito dentro da lei e muito dentro da democracia.

A ditadura civil de Temer também se esconde com a máscara do Estado de Direito que presidiu a destituição de Dilma e com a do funcionamento normal das instituições. É imprescindível entender e denunciar o fato do processo da Lava Jato contra o PT estar ocorrendo sob um governo golpista, por isso uma ditadura civil, denunciado no mesmo processo e sob um Congresso Nacional constituído de deputados e senadores também implicados na corrupção.

Não temos dúvidas de que o PT e Lula estão mergulhados no financiamento fraudulento montado junto às empreiteiras e à burocracia da Petrobrás, assim como estão o PMDB e Temer, o PSDB e Aécio Neves, etc. Não temos dúvidas, porém, de que se trata de um julgamento de exceção do PT e de Lula. É contra esse método, essa política, essa farsa teatral e esse autoritarismo que nos insurgimos e lutamos para que a classe operária se insurja.

A tragédia do PT é que serviu aos interesses gerais da burguesia, em particular, privilegiou grupos econômicos, favoreceu as multinacionais e acabou prostrado diante da crise econômica que não se originou no Brasil e que o jogou no precipício. Prostrado e golpeado pela política e justiça burguesas, Lula compareceu diante de um juiz educado e cheio de mesura, sob os ares do império de uma lei supostamente neutra, diante da qual todos os criminosos devem abaixar a cabeça.

Ao se defender, colocando toda a tratativa sob a responsabilidade da mulher recém-falecida, Marisa Letícia, deu armas para os abutres. Um documento sem assinatura foi confiscado na casa do ex-presidente por meio de uma invasão domiciliar e uma prisão coercitiva merecia uma firme denúncia de Lula contra a ilegalidade, a publicidade e a prepotência da Polícia Federal. Não houve a firmeza devida de que se tratava de uma



Todo processo foi montado com prisões preventivas e delações premiadas, sujeitas a todo tipo de manobras e divulgado pela imprensa monopolista antipetista como verdadeiras. A cada desmentido dos acusados, um bando de comentaristas reforçava a "verdade" dos delatores. É claríssimo que a derrubada do governo contou com a conspiração política, judicial e policial.

prova plantada. Moro indagou sobre a ameaça de Lula de que se eleito prenderia aqueles que abusaram do poder. A resposta de que era força de expressão, palavras de palanque, foi de quem temeu pela afirmação. Por que não dizer que sim, se de fato há um abuso seletivo de poder contra o PT? Moro é parte de um julgamento político, que está a cargo dos adversários que derrubaram o governo petista. Perguntado se achava que havia uma conspiração da Lava Jato, Lula não foi afirmativo. Por que não dizer que o impeachment resultou de uma conspiração que incluiu o vice-presidente Michel Temer e vários partidos da base aliada? A fachada democrática do processo legislativo e judicial não excluiu a conspiração. Na verdade, serviu para ocultá-la da população. A Lava Jato é parte da conspiração. Os vazamentos seletivos nos momentos calculados. A alimentação diária da imprensa com informações truncadas, o grampo clandestino do telefone presidencial, etc. serviram para instrumentar a direita, alimentar o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua, etc.

Todo processo foi montado com prisões preventivas e delações premiadas, sujeitas a todo tipo de manobras e divulgado pela imprensa monopolista antipetista como verdadeiras. A cada desmentido dos acusados, um bando de comentaristas reforçava a “verdade” dos delatores. É claríssimo que a derrubada do governo contou com a conspiração política, judicial e policial.

Finalmente, Lula disse que somente o povo pode julgá-lo. Isso significa que está sendo julgado arbitrariamente e, portanto, é vítima de uma conspiração política. Ser julgado pelo povo, no entender de Lula, é submeter-se ao voto. É nesse quadro da democracia formal que se montou a grande conspiração do impeachment e se conduziram as investigações e julgamento do “mensalão” centralizado no PT, e que veio a se repetir com maior amplitude no caso do “petrolão”. O fato é que o PT está sendo julgado pela justiça burguesa e não pelo povo.

Desde as primeiras horas desse processo, afirmamos que somente a classe operária pode apurar os crimes atribuídos a

Lula e a todos petistas através de um Tribunal Popular nascido das lutas e assentado nas assembleias, comitês e organizações independentes perante a burguesia. Um Tribunal Popular investigaria todos os crimes dos partidos da burguesia e do empresariado. Essa seria a via revolucionária das massas oprimidas lutar pelo poder próprio e limpar o País da podridão burguesa.

Temos a certeza de que o PT e Lula preferem o julgamento da burguesia. Já se sujeitaram ao golpe de Estado e à ditadura civil de Temer sob a bandeira da democracia e da justiça burguesas. Na manifestação petista, em Curitiba, o caudilho jurou inocência e disposição de se candidatar à presidência. Mais uma vez prevaleceu o palanque.

Os explorados deram uma demonstração de força no dia 15 de março e 28 de abril. Levantaram-se contra as medidas reacionárias de Temer e estavam dispostos a dar um novo passo em defesa de suas vidas. Mas a burocracia sindical recuou e indicou que poderá esvaziar o combate. Foi um sinal de não radicalização e de disposição de armar um novo quadro de conciliação de classes. Essa conduta reforçará o objetivo dos golpistas de golpear mais fundo ainda o PT.

Lembramos que, durante o impeachment, a CUT e seus sindicatos fecharam os olhos para as demissões em massa. Não organizaram a resistência. Corremos o perigo, agora, de que se desviem o curso da ação direta coletiva, que permitiu os explorados pararem o País, para atos inócuos com fins eleitorais. A classe operária e sua vanguarda não podem perder de vista que o objetivo da luta não deve ser ditado pela Lava Jato e pelos depoimentos de Lula. Nosso objetivo é o de derrubar e enterrar as reformas antinacional e antipopular de Temer por meio de uma greve geral por tempo indeterminado. O que não impede o movimento de rechaçar o processo seletivo contra o PT e levantar a bandeira de que a classe operária e a maioria oprimida são as forças sociais que devem julgar os crimes da burguesia, por um Tribunal Popular.

Campina Grande

Comitê Municipal contra a Reforma da Previdência realiza ato político contra as punições dos trabalhadores da Alpargatas

Em Campina Grande, um dos principais feitos da greve geral do dia 28 de abril foi a paralisação de um dos turnos da principal indústria da cidade, a Alpargatas, produtora das Havaianas. A mobilização foi realizada pelo Comitê, com forte adesão dos trabalhadores, na qual o Sindicato Calçadista nem deu as caras.

Diante da mobilização, a empresa agiu autoritariamente punindo os trabalhadores que aderiram à greve, tal como denunciado na edição especial de nº 541 do Jornal Massas. Essa arbitrariedade causou indignação em todo o movimento e nos levou em 17/05 às portas da Alpargatas em protesto contra a punição desses operários. Foi perceptível que a adesão ao movimento político foi mais forte, sobretudo, porque esses trabalhadores sentem a ausência de sua direção sindical, que mais uma vez não apareceu para defender os trabalhadores.

Consideramos de cunho relevante elaborar uma edição especial do Boletim Nossa Classe para esse ato, no qual buscamos contribuir com o entendimento político da conjuntura

e da repressão que esses trabalhadores estão vivendo. Mas, fundamentalmente, para convocar esses trabalhadores a cobrar do seu sindicato as assembleias de base a estruturar as comissões de trabalhadores e defendê-los diante da repressão patronal. O que vimos é que aquilo que apontamos no Massas anterior se comprovou: a direção sindical é de colaboração com os patrões! Mais uma vez é convocada e não deu as caras para defender sua base!

Logo depois do ato, ficamos sabendo que a empresa entrou com uma ação judicial contra alguns dos sindicatos que integram o Comitê e também contra o PSTU. Coincidentemente, o SindCalçados não foi intimado junto a esse grupo. Mas como seria, se não estavam lá?! Ou seja, estão sendo agora perseguidos aqueles que se dispuseram a enfrentar o governo e os patrões em defesa dos empregos e direitos dos trabalhadores da Alpargatas. No mesmo campo jurídico, o Comitê também bate de frente com a empresa atuando judicialmente contra a Alpargatas por ter suspenso os trabalhadores que,

na prática, apenas faltaram ao dia de trabalho, sem incorrer em nenhum ato que configurasse uma punição que não seja política, contra a organização dos trabalhadores.

Escreve-se um episódio da luta de classes em Campina Grande que exige cada vez mais a unidade frentista sindical para lutar contra Temer e defender o movimento local. Mais uma vez demanda surge ao Comitê. Cada vez mais se afirma o comprometimento dessa organização frentista para a defesa dos operários da Alpargatas. Essa luta tende a ser cada vez mais incisiva. Mas as ações do Comitê devem ser complementadas pela ação do sindicato em organizar os trabalhadores através de assembleias democráticas. Em 2015, as ameaças de demissão fizeram sentir a ausência de um sindicato classista que defendesse os empregos e os salários. Mais uma vez o peleguismo aparece: o sindicato não esteve presente no ato de 17/05 contra a punição dos trabalhadores. O que tem se tornado cada vez mais evidente é a necessidade dos operários se organizarem e defendem coletivamente suas

reivindicações. Para isso, é imprescindível a realização de uma assembleia com ampla convocação das bases pelo sindicato. Nada do que o Comitê possa fazer vai garantir uma ação consciente e coletiva dos operários em sua própria autodefesa. É indiscutivelmente necessário uma assembleia que discuta as ameaças de demissão, que organize uma comissão de trabalhadores dispostos a se defenderem. O andamento dessa luta demonstrou o jogo da empresa em punir os trabalhadores e continuar assediando-os sempre que o Comitê se movimentava nesse espaço.

Todo o direito de organização e greve aos trabalhadores da Alpargatas! Exigir do sindicato cutista que rompa com sua política de colaboração de classe e se coloque pela defesa e organização dos trabalhadores por meio das assembleias de base! Instituir as comissões de fábrica para autodefesa coletiva contra as ameaças da empresa! Garantia de estabilidade aos trabalhadores que aderiram à greve do dia 28! Não à repressão patronal!

Eleições APEOESP - Oposição Unificada no Litoral Norte

Nestas eleições, a *Corrente Proletária na Educação* conseguiu agrupar uma chapa de oposição unificada com 11 integrantes, inscritos às duras penas, devido ao grande descontentamento da categoria às políticas da Articulação Sindical praticadas na região, “seguidistas”, ainda mais espúrios, da política conciliadora e burocrática que se consolida por quase trinta anos na APEOESP. A *Chapa de Oposição Unificada do Litoral Norte*, porém, contará com 10 integrantes, um deles foi impugnado por conta de falta de pagamentos da mensalidade, uma professora categoria “O” (contratada) que sempre tem seu contrato encerrado. A Chapa 1 contará com 49 nomes, integrantes açambarcados pela corrente Articulação. Diferente dos anos anteriores, impuseram uma urna que ficará fixa em cada escola, visando o maior controle burocrático e angariar mais votos para aumentar o número de conselheiros eleitos.

Nesta última gestão, a burocracia da Articulação usou o aparato sindical para impedir que a CPE realizasse cursos políticos, plenárias de organização dos professores para as lutas, etc. Ao contrário, alugou a sede do sindicato para festas particulares. Não cumpre a deliberação de 2013 de constituir um fundo de greve. Assim, quando chega a greve, a resposta dos burocratas é que não há dinheiro em caixa para potencializar a luta. Dificulta a inserção de sócios simpatizantes da oposição. Fazem ataques incansáveis à CPE, sempre infundados, com tom agressivo e ameaçador. Essa prática deixa clara a política oportunista e carreirista dos membros que dirigem a subsede

da Apeoesp na região. Agora, diante das eleições, usam de todos os meios (aglutinar professores que se colocam contra a decisão de greve aprovada em assembleia para serem fiscais e mesários em todas as escolas; buscar o voto pela “amizade”, velha prática do peleguismo) para impedir que professores da oposição sejam eleitos e esta tenha a maioria na subsede.

Apesar da greve de 2015 ter contado com muitos professores na região, sobretudo professores de Ubatuba, por se aproximarem dos grupos de oposição, tanto regional, quanto estadual, foram profundamente discriminados pela direção da Subsede de Caraguatatuba, a grande maioria se afastou, professores exoneraram, e outros combativos, próximo dos professores autonomistas, não se organizaram dentro do sindicato para fazer uma frente de combate à burocracia, e não saíram como candidatos a conselheiros, não compreendem a necessidade de construção dessa frente para varrer essa burocracia conciliadora e mesquinha.

Nessas eleições, a Chapa 3, da Oposição Unificada, tem feito um esforço enorme para reunir a vanguarda, disposta a fazer a campanha, ser mesária e fiscal. Tem contado com o apoio de membros do *Fórum Sindical do Litoral Norte*. A campanha da Chapa de Oposição está construída sobre a necessidade de conquistar a subsede para colocá-la inteiramente a serviço da luta dos explorados.

Em defesa da democracia operária e independência dos governos e patrões!



Assimilar a experiência da luta estudantil para constituir uma direção revolucionária

No dia 03 de maio, o DCE da UEL organizou um debate com o tema *Autonomia Universitária, como parte da programação de recepção aos calouros*. O debate teve como eixo as experiências na USP, relatadas por uma militante do POR de São Paulo.

A exposição iniciou com três momentos do movimento estudantil da USP, que foram 2007, 2011 e 2013. Em 2007, conformou-se um movimento contra os decretos do então governador José Serra, que propunha uma secretaria do ensino superior responsável pela administração do orçamento da USP, o que retiraria da burocracia o controle financeiro, repassando-o diretamente para as mãos do Estado. Os estudantes deflagraram a greve e ocuparam a reitoria, que ganhou projeção nacional, levando a mais de 50 ocupações de reitorias pelo país. O movimento conseguiu barrar os decretos do Serra, além de exigir da reitoria a construção de mais um bloco de moradia. Precisamente no dia 3 de maio de 2017, completou dez anos da ocupação da reitoria.

Em 27 de outubro de 2011, ergueu-se um movimento contra a PM no campus. O movimento iniciou da tentativa de prisão de três rapazes no estacionamento do prédio da História. Imediatamente, após a ação da polícia, aproximadamente 200 estudantes se levantaram no sentido de evitar a prisão. No entanto, a direção do DCE, a diretora da faculdade (FFLCH – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas) e a PM entrevistaram e, às portas fechadas com os três meninos, negociaram a ida à delegacia para assinar um termo circunstanciado e pagamento de cesta básica. Quando os três estavam sendo conduzidos ao camburão, novamente o conjunto do movimento procurou arrancar os estudantes das mãos da PM, impedindo que fossem levados à delegacia.

Convocada a assembleia geral, foi aprovada a ocupação do prédio de administração da FFLCH, que durou três dias, avançando à ocupação da reitoria. Desta maneira, a assembleia que aprovou a desocupação do prédio de administração da FFLCH aprovou, na sequência, a tomada da administração central da universidade. O movimento, assim, entendia que não se tratava apenas de se opor à diretora da faculdade, que interveio avalizando a prisão dos estudantes, mas era preciso se opor à reitoria que permitia a entrada da polícia no campus. Eis que, em 8 de novembro, horas após uma reunião de negociação com o então reitor João Grandino Rodas e o governo ter garantido a não reintegração de posse, um efetivo de 400 homens da polícia, dentre eles a tropa de choque, cavalaria, canil e dois helicópteros desocuparam o prédio da reitoria e prenderam 72. Esses sofreram processos administrativos e criminais por formação de quadrilha, porte de explosivo, depredação do patrimônio público e crime ambiental.

2013 foi o ano de eleição para reitor. Partiu do próprio Rodas a proposta de mudança do processo eleitoral, de modo a pôr fim à proporcionalidade vigente de peso de 85% para docentes, 10% para estudantes e 5% para funcionários, passando ao peso estabelecido da LDB de 70/15/15. As direções do movimento questiona-

ram a estrutura de poder autoritária com três propostas distintas: paridade, estatuinte e governo tripartite. Eis que, em 30 de outubro, em assembleia geral, que reuniu mais de 5 mil estudantes, se aprovou a bandeira do governo tripartite, defendida pelo POR. Na segunda assembleia, em 6 de novembro, essa posição foi referendada, agora por unanimidade por quase 6 mil estudantes.

No entanto, a unanimidade se deu por pressão das bases radicalizadas, que aprovaram o governo tripartite sob os gritos de “MORTE AO REI!”. As correntes reformistas e centristas na verdade estavam contra e, na terceira assembleia, sem convocação, reunindo não mais de 300 estudantes, essas forças manobram e dividiram as reivindicações do movimento entre *eixo* e *bandeiras*. Os *eixos* seriam o central da luta. Os elementos a serem negociados com a reitoria. Enquanto que as bandeiras eram apenas de caráter declaratório. Foi desta maneira que o governo tripartite foi relegado a posição de mera bandeira. Esse foi o início do fim do movimento.

A exposição desses três momentos teve como objetivo demonstrar o papel nefasto do intervencionismo do Estado burguês sobre a universidade. Seja pela criação da Secretaria do Ensino Superior, que feria a autonomia financeira, seja pela presença da PM no campus, de modo a coibir e reprimir o movimento, ou, seja pelas eleições para reitor, cuja finalização do processo eleitoral recai na escolha direta pelo governo do estado, dentre a lista triplíce.

Daqui decorre o valor da bandeira de *Autonomia Universitária*. Cujo conteúdo é a universidade autônoma em relação ao Estado, autônoma frente ao poder executivo. Não se pode confundir-la com a defendida pelas burocracias, limitada à autonomia administrativa. Trata-se da luta pelo poder de decisão da maioria no interior da universidade, o que pressupõe a destruição da casta burocrática. Assim, o governo

tripartite é o que materializaria a Autonomia Universitária, pois só se concretiza a autonomia sob o autogoverno.

Tripartite porque será composto pelos três constituintes: estudantes, funcionários e docentes (não vinculados à burocracia), embora cada setor assumira uma importância distinta. Os estudantes, por não estabelecerem vínculos materiais com a universidade é o único capaz de defendê-la de modo mais consequente, não corporativo. Por isso que, associado ao governo tripartite, estabeleceu-se o *Poder Estudantil*. Este governo necessariamente deverá se subordinar à *Assembleia Geral Universitária*. E é esta assembleia que de fato exercerá o poder geral.

O essencial é que a universidade, e a educação como um todo, não pode mais servir de auxiliar ao desenvolvimento das forças produtivas, na atual fase de decomposição do capitalismo, uma vez que estas se encontram presas numa camisa de força, pelas relações de produção com base na exploração da força de trabalho. Não obstante, a burguesia continua necessitando da educação para explorar a parcela da força de trabalho qualificada. O que não implica elevar as condições educacionais do País.

A luta pela Autonomia Universitária serve para defender a educação pública contra as tendências privatizantes. Serve à vinculação da luta de dentro da universidade com as de fora, movidas pelas mesmas contradições, que geram a luta de classes. E, sob a direção da política proletária, será uma força auxiliar na luta pela derrubada da burguesia, embora constitua uma tarefa democrática.

A luta pela Autonomia Universitária serve para defender a educação pública contra as tendências privatizantes. Serve à vinculação da luta de dentro da universidade com as de fora, movidas pelas mesmas contradições, que geram a luta de classes. E, sob a direção da política proletária, será uma força auxiliar na luta pela derrubada da burguesia, embora constitua uma tarefa democrática.

O governo tripartite, que dará expressão material à Autonomia Universitária, é a forma coletiva de poder no interior da universidade, que traduz a incapacidade da burguesia cumprir uma reivindicação genuinamente sua, que hoje deve ser assumida pela classe operária. E, uma vez tendo passado para as mãos do operariado, se faz necessária uma direção com visão de classe, que guie a luta com o cuidado de fazê-la convergir contra o poder da burguesia e por uma sociedade socialista.

Por fim, embora as duas maiores assembleias da história do movimento estudantil da USP tenham aprovado o governo tripartite, sua concretização carecia da ação do DCE e CAs e também das direções nacionais UNE e ANEL. Uma vez que essas forças jogaram no campo da oposição, tornou-se impossível materializá-lo. Mas, o 30 de outubro de 2013, aos gritos de “*Morte ao Rei*”, ao se aprovar o *governo tripartite*, tornou-se um marco da luta do movimento estudantil pela Autonomia Universitária.

Essa é a síntese da exposição inicial. Logo após, o plenário interveio com colocações e perguntas. Ressalto aqui três 1) como ficaria a educação sob um regime autônomo; 2) qual a relação da Autonomia Universitária e a luta por moradia estudantil e 3) como superar as direções. Em relação ao primeiro questionamento, respondeu-se que a universidade autogovernada tem por função se contrapor aos ataques privatistas e impulsionar a luta, mas ela por si só não poderia modificar a estrutura educacional, uma vez que esta corresponde e é determinada pela estrutura econômica. Uma universidade deixará de ter um ensino decorativo e reprodutivo sob a sociedade socialista que unificará a teoria e a prática. A nova universidade será resultado de uma sociedade nova, socialista. Quanto à segunda pergunta, a luta por moradia estudantil está diretamente associada à luta pela Autonomia Universitária. A universidade sob o autogoverno terá de elaborar o orçamento necessário que atenda a todas as necessidades de quem estuda e trabalha, o que inclui os elementos de permanência. Nesse momento, perguntou-se sobre a luta por moradia na USP. A resposta está na bandeira o “*CRUSP não foi dado, foi ocupado*”. Ressaltou-se apenas a luta de 2016 nas assembleias, em que a Corrente Proletária Estudantil/POR e os independentes estiveram na mesma trincheira, contrapondo a todas as demais correntes políticas pela ocupação dos Blocos K e L. Essa luta culminou na tentativa fracassada de ocupação desses blocos (tomados no passado pela reitoria, e hoje vazios), na repressão da PM, que invadiu o CRUSP e na expulsão da PM sob pedradas. Quanto à direção, fez-se um esforço em separar a entidade, pela qual deveríamos defender, das direções conciliadoras, que deveriam ser combatidas. A crise de direção é certamente o maior problema de nossa época de crise estrutural do capitalismo. Sua superação requer um partido proletário com um programa revolucionário, que estabelece as bases da libertação da educação das amarras do capitalismo, em decomposição.

Assim se encerrou o debate sobre a *Autonomia Universitária* na UEL. Esperamos que ele tenha servido para avançar a consciência proletária da juventude, de modo a avançar na luta coletiva para destruir o capitalismo e construir o socialismo.

Direção do DA IFSP Caraguatatuba leva delegados fantasmas para o 55° CONUNE

As últimas paralisações nacionais e greves dos dias 15 de março e 28 de abril mostraram a disposição dos oprimidos em lutar contra as reformas e as retiradas de direitos pelo governo Temer. A juventude em particular também foi às ruas para lutar contra as reformas trabalhista e previdenciária e a já aprovada reforma do ensino médio. Porém as entidades e organismos dos estudantes não organizaram nacionalmente a luta unitária junto às centrais e sindicatos, suas direções são burocráticas e conciliadoras. Nesse importante momento em que se passarem tais mobilizações era dever se colocar à frente para impulsionar a luta nacional e regional.

O congresso da UNE que vai acontecer entre os dias 14 e 18 de junho ocorrerá dentro desse contexto, nesse sentido é de suma importância que os DCE, DA e CA mobilizem para eleger seus delegados em assembleias. É o que era para acontecer no IFSP de Caraguatatuba, mas a direção do DA não o fez, se limitou a passar nas salas pegando os nomes dos interessados em ir. Está direção que é dirigida pela UJS está ainda mais submetida à burocracia da instituição. Cumpre tarefas impostas pela burocracia universitária e se recusa a organizar a luta pela permanência estudantil e em defesa dos direitos da juventude que serão afetadas pelas reformas. Colocou-se ao lado da direção deste Instituto que censurou um debate que ocorreria no dia 07/03 com o tema “*As reformas da Previdência e Trabalhista, o que as mulheres têm a ver com isto?*”, além de há anos não chamar uma assembleia para discutir os problemas estruturais.

Fato é que a UJS se nega a organizar o processo eleitoral para eleger delegados em assembleia, para garantir seu controle sobre a política de conchavos entre seus militantes e simpatizantes. Com essa política, mostra que estão levando delegados fantasmas ao congresso, sustentando a sua direção nacional como força majoritária na UNE, já que esta prática mesmo aqui regionalmente não é de hoje, pois também aconteceu no último congresso de 2014.

É preciso rechaçar esta política de delegados fantasmas das direções burocráticas dos organismos de luta dos estudantes, por isso, a luta diariamente dentro da universidade e nos espaços de deliberação das ações se faz necessária. Não podemos aceitar esta política, principalmente no atual momento de agudização da luta contra as reformas e a superação da política conciliadora dessas direções burocráticas das entidades.

Secundaristas ocupam por 4 dias escola do Conjunto Ceará

Os estudantes ocuparam por quatro dias a escola José Maria Campos, conhecida como UV-8, no Conjunto Ceará. A ocupação iniciou na noite de sexta (13/05/17) por um grupo de estudantes, que cobram reforma na infraestrutura da escola, bastante deteriorada, e lutam a contra a reforma da previdência/trabalhista de Temer.

O Núcleo gestor colocou-se contra a ocupação, alegando que o movimento era desorganizado e vandalizado. O diretor acusou os estudantes de prendê-lo na escola e telefonou para a polícia. O COTAM (divisão de choque da PM) foi à escola e dispersou os alunos, usando spray de pimenta e gás lacrimogênio, por volta das 22h. Mas, quando a PM saiu, os alunos voltaram a ocupá-la.

Na manhã da segunda-feira, ocorreu uma assembleia com os estudantes das escolas UV-8 e UV-2 (a escola UV-2/Dr. Gentil Barreira está no mesmo o prédio do UV-8 em razão da construção de novo prédio, segundo promessa do governo Camilo/PT).

O grêmio do UV-2, seguindo a orientação de vários professores da escola e do Núcleo gestor, foi contra a ocupação e mobilizou os alunos contra a posição dos ocupantes. Já o grêmio do UV-8 apoiou a ocupação e fez defesa da continuidade da luta. Infelizmente, a assembleia estudantil do dia 15/05 votou contra a ocupação, graças à presença majoritária dos alunos do UV-2 e a fraca participação dos alunos do UV-8.

A Corrente Proletária Secundarista (CPS) esteve presente na ocupação, dormindo no local e fornecendo apoio material e político. A principal lição deixada pela ocupação é a de que deve haver uma preparação prévia, junto aos alunos, assim como a construção de uma pauta de reivindicações antes de uma ação deste porte. Mesmo com o recuo do movimento, a juventude vai ganhando mais experiência e ousadia. Este é o caminho para arrancarem suas reivindicações e derrotarem governos e núcleo gestor.

Londrina: Lançamento do Livro "Esquerdas no Brasil" – O trotskismo diante da tarefa de construir o Partido Revolucionário

No dia 04 de maio, ocorreu na Universidade Estadual de Londrina o lançamento do livro "As Esquerdas no Brasil". O expositor iniciou a atividade fazendo uma apresentação geral, salientando a necessidade de resgatar a tradição partidária revolucionária. Evidenciou que sob os ditames do capitalismo imperialista, sobretudo, no contexto do sistema capitalista em decomposição, não há espaço para partidos reformistas. Ressaltou que isto não é um fato novo, ou seja, o reformismo confirmou seu esgotamento histórico desde a Segunda Internacional, momento em que a Socialdemocracia Alemã capitulou diante da Primeira Guerra Mundial. Não obstante, tal constatação também pode ser verificada na Revolução Russa de fevereiro, onde os mencheviques se colocaram no campo do reformismo e buscaram sustentar um governo burguês. Destacou o exemplo da América Latina; o fracasso da Frente Popular de Allende no Chile, o aburguesamento do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, etc. Nesse sentido, uma gama de exemplos mundiais certifica a falência do reformismo.

Todos esses fatos reforçam a posição correta do POR, que sempre desenvolveu suas teses tendo como fundamento a perspectiva marxista de que somente a construção de um partido revolucionário pode resolver a crise de direção do proletariado e dar início a superação do capitalismo.

O expositor relatou que a construção do Partido Comunista no Brasil se deu justamente em um período de estalinização do Partido Comunista Russo. Assim, o recém-criado PC no Brasil já nasceu marcado pelo estalinismo. Na década de 1930, formou-se uma oposição trotskista no Brasil para combater a direção estalinista do PC, entretanto, tal oposição fracassou por não ter constituído um programa revolucionário no seio da classe operária. De forma que até o golpe de Estado de 1964, o PC

estalinizado era considerado o partido da classe operária. Após o golpe, abriu-se um período de luta armada no Brasil à margem da classe operária e das massas oprimidas. O foquismo representou a profunda negação da construção do partido revolucionário. Com o esgotamento da ditadura militar, o estilhaçamento das esquerdas fez emergir um movimento democrático-burguês que desembocou na consequente construção do PT. Explicitou o fato de que o PT representou um centro unificador das várias correntes de esquerda que expressavam a falência do estalinismo, o desastre do foquismo e as recém-criadas correntes revisionistas do trotskismo, à exceção de uma jovem vanguarda militante que acabou vindo a construir o POR. O PT já nasceu com um defeito de origem por ter se constituído a partir de um setor do sindicalismo que indicava uma tendência burocrática influenciado por intelectuais reformistas, embora encabeçasse o movimento grevista. Dessa maneira, o PT surge com a tese de um governo democrático-popular, fundamentado na ilusão de que seria possível democratizar o Estado burguês. Firmou-se definitivamente como um partido reformista antimarxista. As correntes políticas que intervieram no PT, de origem trotskista, se negaram a lutar por um programa e pela concepção leninista do partido. O caso mais exemplar, exposto no livro, foi a dos morenistas que acabaram constituindo o PSTU. Os lambertistas e os mandelistas se adaptaram profundamente ao reformismo e até hoje estão presos ao PT. O expositor retomou a tese sobre o esgotamento histórico do reformismo para mostrar a integração do PT no Estado burguês.

Finalmente, mostrou a importância do livro para a luta por erguer o partido revolucionário. Abriu-se a discussão. Inúmeras perguntas foram debatidas e os presentes puderam expor seus pontos de vista.

Rio Grande do Norte

Lançamento do livro “As Esquerdas no Brasil” no RN

O lançamento ocorreu no sábado (13/05), em Ceará-Mirim/RN. O evento começou com o expositor realizando uma apresentação geral do livro. A obra faz parte de uma elaboração teórica ao longo dos anos. O POR tem apreço por conhecer as outras concepções políticas, no sentido de possibilitar a delimitação programática com as correntes reformistas e centristas. Os artigos do livro avaliam as correntes pela sua estratégia; o que há de comum em todas é que abandonam a estratégia do proletariado e se submetem a pressões da pequena burguesia, e acabam se tornando obstáculos para a independência de classe do proletariado. O livro dá grande importância para o PSTU, uma vez que se trata da corrente centrista mais expressiva no Brasil. Na parte final, o livro traz um balanço das tentativas de construir um partido trotskista no Brasil no século passado.

Em seguida, os militantes se inscreveram para expor determinados capítulos do livro. Foi exposta a parte que fala do revisionismo trotskista diante do POR boliviano. Pelo proletariado da Bolívia ter se destacado por uma elevada politização, o posicionamento das correntes em relação às lutas neste país também revela seu revisionismo. O que pode ser visto no apoio das correntes revisionistas a Evo Morales nas eleições e em sua tentativa de reformar a constituição. Assim como na tentativa de se inserir no processo de construção do IPT (partido impulsionado pela burocracia da COB), mostram que essas correntes tendem a se deixar levar por qualquer ilusão democratizante. A presença do POR na Bolívia é um importante fator para que o revisionismo não floresça lá. Ainda, foi demonstrada a calúnia que é levantada contra o POR boliviano sobre a revolução de 1952, de não ter chamado “todo poder à COB” e ter se enfileirado por trás do nacionalismo do MNR, sem considerar a luta interna, influenciada negativamente pelo pablismo, que acabou sendo derrotado posteriormente pela fração marxista que hoje constitui o POR.

Em seguida, foram expostas as variadas nuances sobre o PSTU. Tendo origem no MDB como Liga Operária, desde o início se mostrou como uma corrente democratizante por se adaptar ao processo de redemocratização conduzido por frações capitalistas. No âmbito sindical, o PSTU foi protagonista no processo de cisão da CUT e constituição da CSP-Conlutas, sob pretexto de que a CUT era governista; com isso, acaba deixando a direção burocrática e estatizada da CUT com as mãos livres para se impor. Quanto às eleições, foi colocada a característica eleitoreira do PSTU, que acaba por fomentar as ilusões democráticas nas massas, ao invés de fazer com que realizem o mais rápido possível a experiência com a democracia burguesa com a aplicação do programa revolucionário. Lembrou-se da experiência da Frente de Esquerda em Natal, em que o PSTU e

PSOL o que importava eram os cálculos eleitorais ao invés da discussão programática. Por fim, foi exposta uma importante experiência inicial de construção do partido-programa, com relação à Frente Revolucionária de Esquerda impulsionada e depois cindida pela Convergência Socialista, que em seguida constituiu a Nova Frente Socialista, aglutinando em torno de si correntes satélites para em seguida constituir o PSTU.

Outro militante falou sobre o PCO e O Trabalho, correntes que se reivindicam do trotskismo mas que acabaram se adaptando ao eleitoralismo e reformismo do PT. Destaque para o PCO, que chegou a defender um dia o governo operário e camponês, mas que hoje defende o “Volta Dilma”, consigna essa que o próprio PT já abandonou. Destacou que o POR faz uma crítica principista das correntes, e não difamadora, uma vez que se baseia nos documentos escritos e na prática das

correntes; só esse tipo de crítica é que pode contribuir para a elaboração programática. Continuou dizendo que as correntes não possuem programa, mas sim apenas cartas conjunturais ou listas de reivindicações. Na cisão do PSTU e MAIS não houve crítica programática. Sobre o PSOL, o companheiro destacou que este partido não consegue superar o reformismo pequeno-burguês e surge com a proposta de “retorno ao PT das origens”, sendo incapaz de mostrar que o programa original democratizante do PT já apontava para sua adaptação ao Estado burguês. Finalizou dizendo que os quadros são a ligação entre o programa e as massas, e a tática é o meio para efetivá-la.



No debate, contatos presentes confirmaram com a experiência de ir ao Congresso da CSP-Conlutas o quanto esta se constituiu como uma burocracia de esquerda. Segundo o depoimento de uma trabalhadora, foi frustrante ver que as discussões ocorridas nos grupos de trabalho e plenária não influenciavam as decisões, já pré-acordadas em cúpulas. O debate apontou que o aventureirismo do PSTU resultou em uma central que não tem inserção significativa nas massas e na classe operária em particular, e não se constituiu como uma direção capaz de levar as massas à luta em torno de suas reivindicações. Adota, em seus congressos, métodos burocráticos como o “consenso progressivo”, e tornando os GTs e plenárias apenas uma encenação, uma vez que tudo já é anteriormente pré-estabelecido pela cúpula.

O evento finalizou com um debate de conjuntura sobre a greve do dia 28 de abril e sobre o “ocupa Brasília”, entendido como um desvio no caminho da construção da greve geral. Apontou-se a necessidade da independência de classe, terreno abandonado pelas correntes centristas e reformistas. Apontou-se para a necessidade de superar a crise de direção, erguendo o partido operário revolucionário, fazendo com que seu programa penetre no seio das massas.

Nesta edição:

- Argentina: Alerta! Grande ajuste para o dia seguinte às eleições.
- França: Realizadas as eleições e assumido o novo governo na França.
- Homenagem a Guillermo Lora do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.
- Nossa homenagem a Guillermo Lora.
- 8 anos do falecimento de Guillermo Lora.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia - Um balanço da mobilização do magistério e as suas perspectivas **Um recuo em meio a uma classe média radicalizada e um movimento operário politicamente ausente**

A fração revolucionária do magistério urbano da Bolívia partiu da perspectiva de generalizar a mobilização, especialmente para o movimento operário. Fez o oposto da proposta dos setores oficialistas que atuaram no sentido de iniciar a Marcha Nacional desde Caracollo, tendo como objetivo somente pautas setoriais (pequenas reivindicações do setor da educação). A fração atuava apoiada no mal-estar reinante nas bases que se encontravam castigadas pela miséria e pelas consequências nefastas da aplicação da reforma educacional. Foi incorporada à plataforma de luta a necessidade de um aumento nos salários que garanta um salário mínimo vital, uma aposentadoria com valores equivalentes a 100% da média dos últimos 12 salários e a defesa da Caixa Nacional de Saúde. No que se refere a educação, defendeu-se a suspensão da aplicação da Reforma Educacional e seu R.M. 01/2017. Cortou-se, deste modo, pela raiz as manobras dos agentes do governo.

Durante a marcha nacional, apesar dos episódios dramáticos que foram vividos nela, não se conseguiu alcançar este objetivo, já que a presença do proletariado fabril foi muito pequena e limitada à chegada em La Paz e os mineiros permaneceram à margem do cenário. Se por um lado as paralisações do magistério urbano de 24 e 48h mostraram alguma debilidade por medo do corte de ponto, as bases se colocaram em pé de combate, que se traduziu em multitudinárias mobilizações em vários departamentos do país.

Os dirigentes da COB, que participam da negociação salarial, não refletem a pressão do magistério e de setores da classe média radicalizada, devido à ausência do movimento proletário e, por isso, facilmente capitulam diante do governo. Consequentemente, provocaram a desmobilização daqueles que já se encontravam nas ruas. Os operários fabris novamente ficam presos ao terror do fantasma do fechamento de suas fontes de trabalho, premidos pela campanha do governo, empresários e mesmo dos dirigentes da COB de que o aumento nos salários trará como consequência o fechamento de postos de trabalho.

As bases do magistério, ao tomar conhecimento da assinatura do convênio que estipula o miserável incremento de salários que não satisfaz suas necessidades, sentem a impotência mes-

clada de raiva e caem em uma inevitável prostração.

Outro aspecto que deve ser enfatizado é o fato de que as negociações entre a Confederação de Trabalhadores de Educação Urbana da Bolívia e o Ministério da Educação coincidiu com a Semana Santa, circunstância que obrigou que as mesmas se realizassem sem contar com a mobilização das bases e, posteriormente, a continuação das mesmas se realizou quando o magistério já havia entrado em um período de refluxo momentâneo e as possibilidades para continuar com as mobilizações se tornaram cada vez mais difíceis.

Era previsível que o Ministério da Educação tomasse a iniciativa em suas mãos para impor as suas condições. Nas negociações não somente participam os dirigentes nacionais como também os executivos das 31 federações.

Os resultados são muito difíceis de serem avaliados: o aumento de 7% do salário base e de 10,8% ao mínimo nacional não satisfaz a ninguém. Enquanto as negociações se limitem aos problemas especificamente educacionais os resultados serão pobres. O ministério cede em alguns aspectos secundários, mas que têm uma significação para as bases. Tem se mantido inflexível em tudo aquilo que signifique mais custos para o Tesouro. No fundamental, não se tem conseguido breca a aplicação da reforma educacional e seu R.M 1/2017, porque não se conseguiu superar as dificuldades que tem freado a generalização da luta.

Trata-se de uma derrota do magistério? Não. É apenas um pequeno e natural refluxo em meio a outros setores que persistem nas ruas buscando respostas às suas necessidades que não podem ser atendidas pelo governo. O mais grave deste processo é a ausência do proletariado como direção que possa dar uma clara perspectiva à atual situação política. As necessidades não resolvidas e o agravamento da miséria como consequência da crise fazem com que os descontentes voltem uma e outra vez à luta. Nesta medida, o magistério em breve retornará às ruas a partir do ponto mais alto a que já chegou na mobilização anterior.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2492, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Realizadas as eleições e assumido o novo governo na França

Só o proletariado pode responder à reação e à barbárie burguesa

Realizadas as eleições de segundo turno, em dia 7 de maio, Emmanuel Macron (*A República Em Marcha!*) conquistou 65,8% dos votos, derrotando Marine Le Pen (*Frente Nacional*), que obteve 34,18%. Dessa forma, Macron foi escolhido presidente da França, assumindo no dia 14 de maio.

Fundamentos da crise política

O curso da crise capitalista abriu um período de reformas reacionárias, antioperárias e antipopulares. A burguesia vem limitando e destruindo antigos direitos e conquistas sociais das massas, visando a aumentar seus lucros na situação de queda econômica mundial.

Os dois principais partidos da ordem burguesa (republicanos e socialistas) encarnaram essa diretriz nos últimos dez anos. Ergueram-se perante os explorados como os agentes da ofensiva burguesa contra suas condições de vida. A presidência de Sarkozy acabou contestada pelas massas nas ruas. O mesmo se passou com o governo Hollande.

As massas resistiram aos ataques e levaram a luta de classes a uma nova etapa. As greves e manifestações de 2010, 2015 e, fundamentalmente, as de 2016 puseram à luz do dia a força social do proletariado. A classe operária tentou superar os entraves corporativos e burocráticos, erguendo instintivamente um programa de defesa de reivindicações comuns.

O proletariado se projetou em choque com os monopólios e o Estado burguês. Avançou a radicalização política de amplas camadas das classes médias. Mas, ao mesmo tempo, as lutas refletiram a ausência do proletariado organizado como classe independente. Faltou-lhe a direção que encarnasse o programa da revolução social. É o que explica em grande medida o fortalecimento das correntes chauvinistas e fascizantes. Fenômeno que vem se desenvolvendo com a desintegração do capitalismo e com a crise dos velhos partidos burgueses.

Cresce a desconfiança entre as massas

Esses fundamentos econômicos, sociais e políticos estiveram na base da desagregação política e eleitoral dos partidos tradicionais da ordem burguesa. O que ganhou expressão eleitoral no primeiro turno com a falência dos socialistas (que afundaram na marginalidade eleitoral, 6,8% dos votos) e dos republicanos (que amargaram sua mais baixa eleição há décadas).

Por outro lado, ressaltaram as abstenções (25,3%), os votos brancos (8,9%) e nulos (4%), somaram mais de dez milhões (a mais alta dos últimos 40 anos). Essa tendência, entretanto, não diz respeito apenas a um fenômeno nacional. Reflete um processo de dimensões continentais. O jornal alemão *Deutsche Welle* noticiou que “só 52% dos europeus com idades entre 16 e 26 anos acreditam na democracia”. E que a “desconfiança é mais eleva-

da na França, Itália e Polônia” (42%, 45% e 42%, respectivamente). A desilusão na democracia formal indica que os partidos da burguesia perdem o controle político dos explorados e da juventude oprimida. O problema está em que, sem que o proletariado avance na organização do partido marxista-leninista-trotskyista, o rechaço eleitoral das camadas mais revoltadas e desconfiadas não se transforma em fator revolucionário.

Avanço ao nacional-chauvinismo

As eleições demonstraram que cresceram as tendências fascizantes. O que expressa a decomposição da socialdemocracia. A época de contrarreformas e desagregação burguesas exige um governo que esteja de acordo com a necessidade de centralização autoritária do Estado e de brutal ofensiva contra os explorados.

A projeção eleitoral do reformista Jean-Luc Mélenchon entusiasmou uma parcela das esquerdas. Mas se trata de uma variante circunstancial e sem grande alcance. A vitória de Macron, por sua vez, foi saudada como a via de se afastar o perigo da direita contrária à unidade europeia. As ilusões começarão a desabar em face do agravamento da crise e da desagregação da democracia burguesa.

Essa condição reforçará as tendências nacional-chauvinistas, xenófobas e fascizantes. Isso caso o proletariado não tome a frente das lutas e dê um salto em sua organização independente. É necessário que encarne o programa revolucionário.

Um partido e candidato criados à medida

Não seria com os velhos partidos e seus candidatos odiados pelas massas que se barraria o avanço da FN. Estava claro que a possibilidade de a FN ganhar as eleições assombrou a burguesia. O que a levou a concentrar seus esforços para criar de cima e abaixo e com maciças doações de grandes empresas uma legenda eleitoral e candidato que servissem ao objetivo de derrotar Le Pen.

O partido criado há apenas 13 meses, *Em Marcha!*, conquistou rapidamente a liderança nas pesquisas. Macron concentrou os apoios dos monopólios e canalizou eleitoralmente aqueles que se afastavam dos partidos republicano e socialista. Isso lhe permitiu se apresentar demagogicamente como o candidato “de todos os franceses”, “nem de esquerda, nem de direita”.

No segundo turno, o chamamento da grande imprensa a se constituir uma “frente patriótica” contra a FN e suas campanhas para atemorizar a população sobre os perigos do “fascismo”, indicaram claramente que a burguesia imporia essa via aos partidos históricos da ordem burguesa.

O ex-candidato republicano, François Fillon, disse que votaria em Macron porque não havia “outra escolha a não ser votar contra a extrema direita”. O candidato do Partido Socialista, Hamon, pediu a seus militantes que votassem em Macron “a fim

de derrotar a Frente Nacional e travar o projeto desastroso de Marine Le Pen". A imprensa burguesa aprofundou essa via, indicando que o segundo turno trataria da luta entre a "democracia" (Macron) e o "fascismo" (Le Pen).

Demagogia em palavras, subserviência nos fatos.

Orquestrou-se uma campanha de pressão sobre o candidato da França insubmissa, Jean-Luc Mélenchon, candidato de comunistas e ex-socialistas que conquistou 19% dos votos no primeiro turno, igualando assim os obtidos pelo republicano Fillon e triplicando os dos socialistas.

Seu programa se caracterizou como nacional-reformista, e tinha por eixos fundamentais convocar uma Assembleia Constituinte para a refundação da República, redistribuir a riqueza por meio de impostos crescentes aos mais ricos, reduzir a idade mínima para se aposentar de 64 para 60 anos, reduzir a jornada de trabalho a 32 horas, direito ao aborto, ruptura de alguns tratados da União Europeia e sair da OTAN. Isto é, propôs realizar uma "revolução cidadã" através do voto.

Ex-ministro no governo de Lionel Jospin (anos 1990) e ligado ao trotskismo na sua juventude e ao socialismo mais tarde, Mélenchon se colocou como terceiro candidato mais votado em abril. O Partido Comunista da França (PCF) é a principal força política da frente. E controla, além disso, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), uma das maiores centrais sindicais do país. Para a burguesia, os apoios da França insubmissa eram decisivos para ampliar a margem eleitoral de Macron e, uma vez no governo, para contar com o apoio de uma fração da burocracia sindical.

Quando do segundo turno, Mélenchon e as lideranças comunistas declararam "liberdade de tendência". Disseram que era necessário afastar o "principal perigo" para o país. O que significava se submeter à "frente patriótica" da burguesia sob a máscara de luta contra o fascismo. Entretanto, era apenas a posição dominante no seio das cúpulas democratizantes: 52% de seus eleitores votariam em Macron, 31% se absteriam ou votariam em branco e 17% apoiariam Le Pen.

Como se vê, a "frente popular" não passou de um arremedo oportunista. Não se mostrou à altura de apresentar um programa de enfrentamento à burguesia francesa e europeia. As candidaturas marginais da esquerda "trotskista" e seu democratismo, por sua vez, impediram que essas rompessem com o reformismo pequeno-burguês que caracterizou a França insubmissa.

Submissão dos explorados à disputa interburguesa

O aspecto essencial do que temos colocado até agora está em que os três partidos assinalados têm por base social comum a pequena burguesia e setores da classe operária. E que a classe operária foi arrastada pela disputa interburguesa, da qual tomaram parte as direções sindicais pró-capitalistas.

Certamente, a burocracia se mostrou dividida quanto aos apoios eleitorais no primeiro turno. Mas, no segundo, se submeteram à

frente burguesa. A Confederação Francesa Democrática de Trabalho (CFDT), reformista e ligada ao socialismo, a União Nacional de Sindicatos Autônomos (UNSA) e a Federação de Associações Gerais de Estudantes chamaram a apoiar Macron. A CGT se colocou por "combater à Frente Nacional" o que, nos fatos, constituiu uma máscara demagógica para acobertar seu voto em Macron.

Le Pen acusou-os de "não defender os interesses dos assalariados", mas seus postos e privilégios. O certo é que à FN não lhe faltaram apoios no proletariado. Uma camada da juventude operária (40% segundo pesquisas) reconheceu que votaria em Le Pen. Trata-se das camadas mais atingidas pelas reformas de republicanos e socialistas. O desemprego, os baixos salários e a destruição das conquistas e serviços sociais impulsionam nesses setores um descontentamento com a União Europeia e os imigrantes como as causas de sua grave situação. E se voltam assim às soluções chauvinistas, que propõem trazer de volta as fábricas ao país, criar empregos nacionais e romper a submissão à União Europeia e, em particular, à Alemanha, fechando as fronteiras.

Nesse quadro de subserviência à disputa interburguesa, destacaram as camadas operárias que se absteram de votar ou votaram em branco. Essas expressam a rejeição instintiva da vanguarda operária em se submeter a seus exploradores. Destacou também a ausência de uma direção capaz de consolidar essa rejeição instintiva em um programa e métodos revolucionários.

Contexto nacional e internacional

A França amarga a estagnação, o declínio industrial se potencia, a dívida pública aumenta (98% do PIB, superior a dois trilhões de euros) e o desemprego continua elevado. Um milhão de empregos foram perdidos em dez anos, especialmente na indústria automotiva, que viu reduzida à metade sua produção e tem sofrido um acelerado processo de deslocamento de capitais para o estrangeiro. Considerando-se o crescimento estimado para 2017 em 1,3% e que as exportações e importações estão em queda, o quadro é de agravamento da crise e não o contrário.

O marco geral desse desenvolvimento é a crise e desagregação da unidade capitalista da Europa. Os monopólios franceses necessitam romper a camisa de força das regulações impostas pelos monopólios alemães e criar um novo ciclo de crescimento dos lucros. Mas, para a burguesia francesa não é momento de abrir passagem a essa tendência, que impulsionaria a guerra comercial, sem antes ensaiar todas as alternativas para equacionar os atritos. Segundo palavras de Macron, se trata de "refundar e recolocar os cimentos de uma unidade renovada".

A "defesa da UE" significa equacionar conjuntamente os atritos interimperialistas ao preço de fazer pagar pela crise as massas francesas com uma brutal ofensiva para rebaixar o preço da força de trabalho, abrindo passagem a uma retomada dos lucros realizados internamente. Mas, também aos países oprimidos que sofrerão o agravamento do intervencionismo francês.

A "defesa da UE" significa equacionar conjuntamente os atritos interimperialistas ao preço de fazer pagar pela crise as massas francesas com uma brutal ofensiva para rebaixar o preço da força de trabalho, abrindo passagem a uma retomada dos lucros realizados internamente. Mas, também aos países oprimidos que sofrerão o agravamento do intervencionismo francês.

Um programa de ataque aos explorados

Em seus discursos de campanha, Macron reiterou que realizará profundas reformas no Estado e nas leis trabalhistas e que defenderá a França do “extremismo”, fortalecendo os instrumentos repressivos do Estado burguês. Anunciou, como primeira medida de governo, que exigirá do Parlamento prorrogar o “Estado de emergência” (Estado de exceção), criará um “estado maior permanente” para operações de “segurança interior” e inteligência (espionagem).

O fundamental de sua política, porém, é a de ir adiante com a reforma trabalhista e previdenciária. Sua política não será outra senão a de impulsionar os ataques aos assalariados. Há muito a burguesia exige facilitar as demissões, recontratar com salários mais baixos, aumentar a jornada de trabalho e reduzir os encargos trabalhistas, como o seguro-desemprego. A França está obrigada a seguir o percurso da Inglaterra e Alemanha, que destruíram importantes conquistas do proletariado.

A política proletária para a crise

As eleições tão somente trocam um governo burguês por outro. Mas, certamente, é preciso distingui-los em suas particularidades. Não é indiferente que tenha ganhado Macron. Sua vitória indicou que a maior parte da burguesia francesa

não assumiu a via do fascismo. Está voltada a ir adiante com as reformas já traçadas pelo governo socialista. O que quer dizer que ainda está vigente a via das imposições e negociações com a burocracia sindical. Esta deve ser destruída como na Inglaterra, ou completamente integrada como na Alemanha.

Tudo indica que permanece a segunda via. A classe operária já deu mostras de resistência sob o governo socialdemocrata. E a burocracia das centrais mostrou-se capaz de conter as pressões das massas. No entanto, a greve geral dificultou o avanço das reformas de Hollande. É de se esperar novos embates. Os explorados não têm como ficar passivos diante do programa reacionário de Macron. As eleições, na situação, ocultam a polarização objetiva entre as classes. O novo presidente rapidamente terá de enfrentar a resistência à flexibilização capitalista do trabalho. É por aí que a vanguarda poderá lutar pela independência de classe do proletariado, combater o governo de Macron e enfrentar a burocracia sindical.

É fundamental avançar na construção do partido marxista-leninista-trotskista. As tradições revolucionárias da França devem ser retomadas. Não se pode deixar de trabalhar no seio dos explorados e da juventude pela reconstrução da IV Internacional, do Partido Mundial da Revolução Socialista.

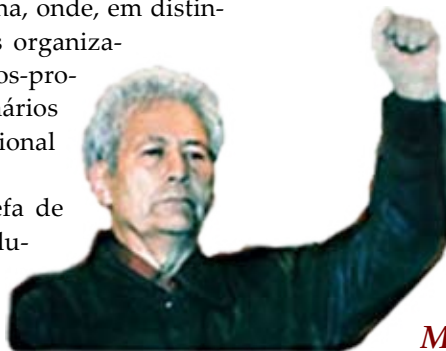
Homenagem a Guilherme Lora do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

As Obras Completas de Guilherme Lora concentram a experiência de luta dos militantes do POR, que, como parte inseparável da classe operária e das massas oprimidas, protagonizaram e marcaram a história e a cultura do país. Não estamos falando de um reencontro narrativo da soma de conflitos sociais, mais ou menos grandes, mas da assimilação crítica à luz da aplicação do método marxista, da luta instintiva do proletariado à frente da nação oprimida, que se coloca por reconstituir a sociedade sobre bases comunistas, dos acertos e erros cometidos nessa tarefa, de uma polêmica política ideológica e organizativa permanente contra os inimigos da revolução, e também contra “amigos” circunstanciais e companheiros momentâneos de rota, tanto dentro quanto fora do País. Um acontecimento que ultrapassou as fronteiras nacionais e adquiriu dimensão internacional foi o grito de Pulacayo. Com toda sua polêmica, expôs os acertos da jovem militância do POR desde então, que permitiram entroncar o trotskismo com as massas proletárias do País, colocando Guilherme Lora e o POR no mapa do trotskismo mundial.

O impacto de maior significado até o momento das Obras de Guilherme Lora está na América Latina, onde, em distintos países, existem militantes trotskistas organizados, empenhados em pôr em pé os partidos-programas, Partidos Operários Revolucionários como seções nacionais da IV Internacional (CERQUI).

Na medida em que se avance a tarefa de organizar, em torno do programa revolucionário, a classe operária e as massas oprimidas de cada país, cresce a importância da contribuição teórica e organi-

zativa das Obras Completas de Lora. Não estamos falando da repetição mecânica e acrítica da experiência do trotskismo boliviano, mas de sua assimilação crítica. Os militantes organizados em células, no esforço de penetrar no seio do proletariado e organizar a luta das massas, enfrentam a necessidade urgente de dar respostas às perguntas dos explorados em luta por sua emancipação. Neste caminho, os militantes encontram nos diversos temas tratados nas Obras Completas uma referência, um guia que facilita esclarecer o rumo a seguir e que previne dos erros já cometidos em outras latitudes. Essa assimilação crítica contribui à tarefa imprescindível do conhecimento das particularidades nacionais, que são refrações das leis gerais do capitalismo em um contexto geográfico e cultural concretos. A assimilação crítica contribui ao desenvolvimento programático e organizativo do partido revolucionário em cada país, o que por sua vez potencia a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Essa discussão político-programática não é, nem pode permanecer nos limites nacionais. Necessariamente, para se tirar proveito das experiências de outras latitudes, é preciso que se organize a discussão internacional no interior do Partido Revolucionário Mundial. Não esquecemos que a revolução em nossa época é “nacional pela sua forma e internacional por seu conteúdo”.



***Viva Guilherme Lora!
Viva o Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional!
Viva a Revolução Socialista
Mundial!***

Nossa homenagem a Guillermo Lora Viva a luta revolucionária pelo comunismo!

Camaradas, compartilhamos com o Partido Operário Revolucionário da Bolívia a homenagem revolucionária a Guillermo Lora. Todos sabemos quanta falta nos faz. Mas sabemos também o quanto nos deixou com seu trabalho sistemático e severo. Lora dedicou todo seu tempo e energia para construir o POR sobre a base do Programa da revolução proletária e da teoria revolucionária. Como todo grande marxista, portanto, internacionalista, nos mostrou o quanto devemos estudar, assimilar e aplicar o materialismo histórico de acordo com as particularidades nacionais. Sua imensa obra, assim, é uma fonte inesgotável -, como parte das conquistas do proletariado mundial e do marxismo-leninismo-trotskismo -, que se impõe como um guia seguro.

Lora muito insistiu para que tomássemos suas contribuições à luz da crítica. Sempre considerou a autocrítica uma arma que somente os marxistas podem manejar de acordo com as necessidades trazidas pela situação concreta, pelo programa e pela política revolucionária. Lora foi um revolucionário profissional pleno no sentido dado por Lênin. Uniu indissolivelmente a teoria e a prática. Foi o que lhe permitiu demonstrar e defender a tese histórica de que o “partido é o programa” nas difíceis condições de crise de direção revolucionária, de desintegração da IV Internacional e de disseminação do centrismo e do oportunismo.



Lora reconhece as falhas do POR quanto ao trabalho no seio do movimento internacional. Deixou-nos vários escritos autocríticos nesse sentido preciso. Mas jamais descuidou da precisão programática e teórica sobre os fundamentos marxista-leninista-trotskista do internacionalismo. Seu trabalho no seio do Comitê de Enlace foi decisivo para nossa construção no

Brasil. Aqui esteve fisicamente e aqui nos deu mostras de dedicação ao internacionalismo. Nunca o vimos impaciente com nossas dificuldades e atraso. Certamente, havia motivo para isso. Principalmente quando descuidávamos de redação e edição da Revista Revolução Proletária. Se os camaradas bolivianos puderem rever essa publicação, verão o quanto expressa um momento crucial do processo de restauração capitalista. Lora deu máxima atenção

a esse retrocesso histórico, expondo as teses do trotskismo e assinalando o caminho da reconstrução da IV Internacional.

Entendemos e defendemos que nesta homenagem ao nosso camarada Guillermo Lora devemos dedicar ao internacionalismo proletário, ao fortalecimento do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Esse é o caminho seguro da revolução proletária na Bolívia, no Brasil e em toda a parte.

Saudações revolucionárias.

Pelo CC do POR Atílio de Castro

8 anos do falecimento de Guillermo Lora

Nada melhor para homenagear Guillermo Lora que a divulgação de suas formulações programáticas, teóricas e políticas. Selecionamos para esses 8 anos da perda do revolucionário boliviano o trabalho de janeiro de 1998. Momento esse em que ainda repercutia a desintegração da ex-União das Repúblicas Soviéticas e soava a campanha contrarrevolucionária do imperialismo sobre a inviabilidade do comunismo. Momento em que toda sorte de revisionistas se achava aturdida diante do salto dado pelo processo de restauração capitalista, não só na ex-URSS como no Leste Europeu.

Traduzimos apenas a primeira parte desse trabalho. Complementaremos nas próximas edições do Jornal Massas, que são: “O Fundamental da IV Internacional” e “A Revolução Permanente e a Lei da Economia Combinada”.

Tarefa fundamental: reconstrução da IV Internacional Assimilemos os ensinamentos da história

Encontramo-nos em meio do processo de restauração do capitalismo na ex-União Soviética (URSS) e nos países que seguiram a política estalinista contrária aos interesses históricos do proletariado e da revolução. Sem dúvida, vivemos o um descomunal retrocesso, quando o nascimento da nova sociedade se volta para a velha. Isso nos obriga a assimilar devidamente seus ensinamentos.

Para alguns conservadores, esse acontecimento demonstraria que é inviável a sociedade sem classes e que os fatos se encarregam de provar que a ordem social capitalista corresponde à natureza humana e que, por isso mesmo, permanecerá na consciência da sociedade de maneira infinita.

Surge a pergunta: já não haverá revolução social, mudança

qualitativa da sociedade? A resposta afirmativa nos levaria à conclusão de que a sociedade - mais que o capitalismo - está à margem da natureza e das leis dialéticas da transformação interna dos fenômenos e das coisas. Isto é inadmissível.

Os ideólogos a serviço do imperialismo nos dizem que a sociedade capitalista - contrariando as esperanças dos socialistas - vai se aperfeiçoando, superando os seus aspectos negativos e avançando para a prosperidade. Essa afirmação contradiz à realidade.

O revisionismo do marxismo - citamos o caso escandaloso de Ernest Mandel - sustenta que as forças produtivas continuam desenvolvendo-se, o que equivale dizer que o capitalismo persiste em sua etapa progressiva, que o fator econômico ob-

jetivo ainda não amadureceu para tornar possível a revolução social.

Em particular, tem-se sustentado e continua se sustentando - sobretudo pelo estalinismo revisionista, pelos reformistas democratizantes, pelos nacionalistas, etc. - que nos países atrasados o desenvolvimento das forças produtivas não permite colocar a revolução proletária e que corresponde unicamente materializar a revolução burguesa. Os estalinistas, da mesma maneira que os reformistas e revisionistas partem do equívoco de considerar a economia mundial como a soma das economias nacionais e não como uma unidade superior, cujas leis atuam por cima das fronteiras nacionais, modificando os países em que penetra. Não podemos fechar os olhos diante do fato de que arcamos com as brutais consequências da crise econômica e estrutural em que vive o capitalismo em escala mundial. É por isso que dizemos que a revolução social está colocada na ordem do dia, o que nos impõe atuar consequentemente.

A crise econômica - de superprodução em um mundo de famintos que muito pouco podem comprar - é de destruição das forças produtivas, pois se traduz na paralisação de parte do aparato produtivo e na destruição de força de trabalho (desemprego massivo). Constatamos todos os dias que esse processo de desintegração do capitalismo é o caminho que conduz a humanidade à barbárie. A burguesia vem destruindo apressadamente todas as conquistas que obteve na etapa de ascenso. Vem empurrando abertamente os operários para que assumam a responsabilidade do funcionamento rentável das empresas, não sem antes renunciar às suas conquistas, aos seus atuais salários, às normas jurídicas de proteção das massas operárias, que se limitem a contemplar a legislação do trabalho, etc.

Os fatos que palpamos diariamente demonstram que a maturidade das forças produtivas exige a materialização da revolução social, que não pode ocorrer de maneira mecânica, senão que através do amadurecimento da consciência classista do proletariado, de sua concretização em programa, em partido político que, na Bolívia, se chama Partido Operário Revolucionário. Podemos concluir que a revolução social jamais se traduzirá em vitória se estiver ausente o partido político, que seria a prova do pouco desenvolvimento da consciência de classe.

Um dos erros iniciais do estalinismo e de outras correntes contrarrevolucionárias consiste, como temos indicado, na de-

formação da economia mundial como realidade unitária. Em nosso país, unicamente o trotskismo parte, para o desenvolvimento de sua teoria e de sua atividade diária, do convencimento de que este, com todas as suas particularidades nacionais, com enorme peso do pré-capitalismo que arrasta, faz parte de uma unidade superior que é a economia capitalista, o que implica que a metrópole opressora e a semicolônia oprimida estejam em interrelação dialética e que constitui um equívoco a ideia de que a atrasada Bolívia é unilateralmente dependente da metrópole opressora norte-americana. As forças produtivas

limitadas do país altiplano - marcado por seu escasso desenvolvimento industrial - concluíram integrando-se à economia mundial e, por isso mesmo, fazem parte desse fator fundamental, objetivo, da revolução mundial já super amadurecido para a sua materialização.

Resumindo. A queda internacional do estalinismo, precisamente, ensina que o capitalismo não rejuvenesce graças à restauração da ordem social burguesa, senão que continua o processo de seu esgotamento, às

vezes em um ritmo mais veloz que o da véspera, o que impõe a urgência do cumprimento da revolução proletária.

A revolução bolchevique russa se degenerou e acabou sendo estrangulada, porque o estalinismo a isolou do processo revolucionário mundial, política reacionária expressada na "teoria" do "socialismo em um só país". A revolução social, para se afirmar vitoriosamente e se projetar ao comunismo, à sociedade sem classes, tem de necessariamente ser parte da revolução internacional.

Do que foi explicado, deduz-se que uma das grandes tarefas que se devem cumprir nesse momento é, precisamente, a de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, isto é, a IV Internacional como expressão do marxismo-leninismo-trotskyismo.

Reiteramos a urgência de voltar a pôr em pé a IV Internacional edificada sobre o Programa de Transição, redigido por Leon Trotsky, por considerar que é a essência do marxismo-leninismo-trotskyismo de nossa época e não como um tributo ao culto da personalidade e outros desvios do mesmo tipo. Partimos

da rica experiência acumulada pelo Partido Operário Revolucionário na Bolívia, país clássico de capitalismo atrasado, de economia combinada.

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, LXV, 1997-2001)



GUILLERMO LORA VIVE EN SU PARTIDO, CON EL P.O.R. AL SOCIALISMO

**HOMENAJE:
A LOS 8 AÑOS DE SU MUERTE
Y AL 82 ANIVERSARIO DEL
PARTIDO OBRERO
REVOLUCIONARIO**



**FECHA: 19 DE MAYO HRS: 18:30
LUGAR: CASA SOCIAL
DEL MAESTRO - LA PAZ**



Lênin estrategista

No Jornal Massas 541, expusemos a caracterização de Lênin do que era o período de transição da revolução burguesa de fevereiro de 1917 para a revolução proletária, que triunfaria em outubro. Lembramos que distinguiu as tarefas anteriores à primeira revolução da segunda, que ainda se desenvolvia. Tratava-se do proletariado se elevar como direção do movimento revolucionário e aglutinar atrás de si os camponeses, os demais oprimidos e os soldados que se sublevavam contra a monarquia. Estas formulações perpassam a 1ª, 2ª e 3ª Cartas de Longe.

A 4ª Carta começa retomando a questão da guerra. Chegou às mãos de Lênin um comunicado telegráfico, de Berlim, em que dizia que o escritor Maximo Gorki havia saudado a revolução e chamado o povo russo a apoiar o governo burguês. E pede a ele que promova a paz. Lênin que tinha muito apreço a Gorki se diz profundamente amargurado em se deparar com uma posição tão errônea. Sabendo de sua influência em uma vasta camada da pequena burguesia e em setores da classe operária, Lênin se vê na obrigação de contestá-lo.

A posição de princípio e de tática sobre a guerra já havia sido suficientemente amadurecida no folheto “O imperialismo, etapa superior do capitalismo”. Estava, agora, diante da necessidade de conduzir o partido bolchevique e o proletariado a aplicá-la nas condições revolucionárias, que avançavam para a 2ª revolução. O governo czarista havia iniciado a guerra imperialista,

sob a condução da Inglaterra e França, e o governo que o sucedeu na revolução de fevereiro continuava a expressar as mesmas forças econômicas e sociais interessadas na guerra de rapina.

Lênin responde aos “prejuízos filisteus” de Gorki: “O governo dos Guchkov e dos Miliukov, que é um governo latifundiário e capitalista, se vê obrigado a continuar e querer continuar precisamente esta mesma guerra. Pedir a esse governo que conclua uma paz democrática é o mesmo que pregar a virtude aos guardiães dos prostíbulos”. E conclui: “Para obter a paz (e mais ainda, para uma paz autenticamente democrática, autenticamente honrada) é necessário que o poder político esteja nas mãos dos operários e camponeses mais pobres, e não dos latifundiários e capitalistas”.

Em seguida, Lênin apresenta os seguintes pontos programáticos:

“1) O Soviete de deputados, operários, soldados e camponeses de toda a Rússia (o Soviete de Petersburgo, que o substitui provisoriamente) declararia imediatamente que não está atado a nenhum tratado concluído nem pela monarquia czarista, nem pelos governos burgueses;

2) Publicaria imediatamente todos esses tratados para denunciar a infâmia dos objetivos de saque estabelecidos pela monarquia czarista e por todos os governos burgueses, sem exceção;

3) Chamaria imediata e abertamente todas as potências beligerantes a negociarem sem demora uma armistício;

4) Daria a conhecer imediatamente a todo o povo nossas condições de paz, as condições de paz dos operários e dos camponeses; de libertação de todas as colônias; de libertação de todas as nações dependentes, oprimidas ou em condições de inferioridade;

5) Declararia que nada de bom se pode esperar dos governos burgueses e exortaria os operários de todos os países a derrotá-los e a entregar todo o poder político aos soviets de deputados operários;

6) Declararia que as dívidas de milhões contraídas pelos governos burgueses para realizar essa guerra criminosa, de rapina, devem ser pagas pelos próprios senhores capitalistas, e que os operários e camponeses se negam a reconhecer essas dívidas. Pagar os juros destes empréstimos significaria pagar, durante longos anos, tributos aos capitalistas por terem permitido cortesmente aos operários matarem-se entre si, para que os capitalistas pudessem repartir o botim.”



Esse programa se mostrou completamente de acordo com a realidade e foi encarnado por operários, camponeses e soldados.

A 5ª Carta, como já havíamos assinalado, ficou incompleta. Lênin a interrompeu às pressas em razão de sua partida da Suíça para a Rússia. Seria dedicada à questão da tomada do poder e do Estado. No fragmento, enumera as tarefas que aparecem nas Cartas anteriores, distribuídas em 9 pontos. Na realidade, formavam um programa

para a revolução. Baseado nele, pretendia responder às posições de Karl Kautsky, dirigente da socialdemocracia alemã e da II Internacional. Lênin deixou apenas um parágrafo - também inacabado - sobre as refutações a esse importante marxista, que acabou trilhando o caminho do revisionismo. Transcrevemos, assim, o referido parágrafo: “Desgraçadamente, Kautsky promove esta tese, absolutamente indiscutível, em forma excessivamente geral, de modo que na essência, não diz nem explica nada. Miliukov e Kerensky, membros de um governo burguês e imperialista, subscreveriam de bom grado essa tese geral, o primeiro subscreveria a primeira parte e o outro a segunda (...)”. A generalidade a que se refere Lênin diz respeito a uma passagem de Kautsky que considera “imperiosa a necessidade para o proletariado: a democracia e o socialismo”. Mais tarde, em nome da democracia, Kautsky condenara a revolução e ditadura do proletariado.

Os 9 pontos programáticos estabelecidos por Lênin refletiam as reais condições da revolução e de seu desenvolvimento. Não admitiam generalidades do tipo democracia e socialismo. Kautsky havia demonstrado seu abandono do internacionalismo marxista e adentrado ao social chauvinismo diante da guerra.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXIV)